



**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**

**ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

**Cel Cav SAUL MARQUES MACHADO JUNIOR**

**A CONJUNTURA PARAGUAIA E O ISOLAMENTO DO  
SUL DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO  
XIX – A INVASÃO DO SOLO BRASILEIRO**



Rio de Janeiro

2018



Cel Cav SAUL MARQUES MACHADO JUNIOR

**A CONJUNTURA PARAGUAIA E O ISOLAMENTO DO SUL DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX – A INVASÃO DO SOLO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa – Cel

Rio de Janeiro

2018

M 149 Machado, Saul Marques Júnior.

A Conjuntura paraguaia e o isolamento do sul do Brasil na segunda metade do século XIX – A Invasão do solo brasileiro. / Saul Marques Machado Júnior.

60 f. ; 30 cm.

Orientação: Fernando Velôzo Gomes Pedrosa

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 58-60.

1. Guerra do Paraguai (1865). 2. Conjuntura paraguaia. 3. Conjuntura brasileira. 4. Invasão do solo brasileiro. 5. São Borja. I. Título.

Cel Cav SAUL MARQUES MACHADO JUNIOR

**A CONJUNTURA PARAGUAIA E O ISOLAMENTO DO SUL DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX – A INVASÃO DO SOLO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

COMISSÃO AVALIADORA

---

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa – Coronel da Reserva Remunerada – Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

José Maria da Mota Ferreira – Coronel Reformado – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Ricardo Ribeiro Cavalcanti Baptista – Coronel da Reserva Remunerada – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha família, pelo amor e compreensão  
nos momentos de ausência.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Grande Arquiteto do Universo, que é Deus, pelo dom da vida e pela saúde.

A minha esposa Nilta e meus filhos Lorena e Paulo, pelo apoio, incentivo, carinho e compreensão em todos os momentos.

Aos meus pais Saul e Mirna, pela educação, formação e incentivo com que sempre me brindaram.

Aos amigos Major de Cavalaria Lenilton dos Santos Morato, Major de Engenharia Miguel Ângelo Guterres Dalcin, Capitão de Cavalaria Alexander Souza Pacheco e 1º Tenente de Cavalaria Leonardo Soares Dias pelo apoio fundamental para a construção dos textos e para a obtenção das fontes de consulta.

Ao distinto Cel R1 Fernando Velôzo Gomes Pedrosa pelas orientações, incentivo, respeito e confiança demonstrados no decorrer da elaboração do presente trabalho.

Ao Exército Brasileiro, pela oportunidade e confiança em mim depositados.

## RESUMO

A guerra do Paraguai foi um conflito militar envolvendo a Confederação Argentina, a República Oriental do Uruguai, o Império do Brasil e a República do Paraguai. O conflito pode ser inserido dentro do contexto das guerras do Prata e determinou o fim das tensões internas da região, especialmente nas questões de limites.

No Paraguai, a formação de sua nacionalidade e a formação de suas Forças Armadas foram os alicerces que justificaram as ideias expansionistas e os consequentes acontecimentos da guerra.

No Brasil, as políticas do Império, especialmente seu planejamento militar, caracterizaram-se por dar às províncias uma grande autonomia. Isso fez com que o governo central falhasse em apoiá-las diante da invasão estrangeira, caracterizando um certo abandono, o que foi determinante para que o território nacional fosse violado.

O enfraquecimento do Exército Imperial durante a Regência e a influência política em suas decisões também foram determinantes para que o inimigo encontrasse grande facilidade ao adentrar o território. As falhas da diplomacia brasileira em avaliar corretamente as intenções paraguaias também são fatores que influenciaram o governo a não preparar seu exército de maneira a impedir o avanço paraguaio.

Na Província do Rio Grande do Sul, mais especificamente, o despreparo da maioria dos chefes militares presentes na região e as disputas políticas também foram fatores que facilitaram, sobremaneira, a decisão paraguaia de invadi-lo.

O Império, ao deixar apenas a Guarda Nacional guarnecendo a fronteira gaúcha, não considerou que aquela força não estava acostumada a conduzir um combate regular. Sua aptidão estava no combate típico de guerrilha, característica dos embates que ocorreram tanto contra os Argentinos quanto durante a Guerra dos Farrapos.

Todos esses fatores somados facilitaram a decisão do Paraguai de adentrar em território gaúcho, pela região de São Borja, encontrando uma resistência nitidamente fraca, quando comprada com seus efetivos em pessoal e material.

O Brasil, a Argentina e o Uruguai, aliados, derrotaram o Paraguai após mais de cinco anos de lutas mas sofreram perdas humanas e materiais muito pesadas. Foi o último de quatro conflitos armados internacionais, na chamada Questão do Prata, em que o Brasil lutou, no século XIX.

## RESUMEN

La guerra de Paraguay fue un conflicto militar que involucró a la Confederación Argentina, la República Oriental del Uruguay, el Imperio de Brasil y la República del Paraguay. El conflicto puede ser insertado dentro del contexto de las guerras del Plata y determinó el fin de las tensiones internas de la región, especialmente en las cuestiones de límites.

En Paraguay, la formación de su nacionalidad y la formación de sus Fuerzas Armadas fueron las bases que justificaron las ideas expansionistas y la búsqueda por la guerra.

En Brasil, las políticas del Imperio, especialmente su planificación militar, se caracterizó por dar a las provincias una gran autonomía. Así, el gobierno central falló en apoyarlas ante la invasión extranjera, caracterizando un verdadero abandono, lo que fue determinante para que el territorio nacional fuera violado.

El debilitamiento del Ejército Imperial, durante la Regencia, y la influencia política en sus decisiones también fueron determinantes para que el enemigo encontrara gran facilidad al adentrar el territorio. Las fallas de la diplomacia brasileña en evaluar correctamente las intenciones paraguayas también son factores que influenciaron al gobierno a no preparar a su ejército de manera a impedir el avance paraguayo.

En la Provincia de Río Grande del Sur, más específicamente, la falta de preparación de la mayoría de los jefes militares presentes en la región y las disputas políticas también fueron factores que facilitaron, sobre todo, la decisión paraguaya de invadirlo.

El Imperio, al dejar sólo a la Guardia Nacional guarneciendo la frontera gaucha, no consideró que aquella fuerza no estaba acostumbrada a conducir un combate regular. Su aptitud estaba en el combate típico de guerrilla, característica de los embates que ocurrieron tanto contra los Argentinos como durante la Guerra de los Farrapos.

Todos estos factores, sumados, facilitaron la decisión de Paraguay de adentrarse en territorio gaucha, por la región de San Borja, encontrando una débil resistencia, cuando se hace la comparación con sus propios efectivos en personal y material.

Brasil, Argentina y Uruguay, aliados, derrotaron a Paraguay tras más de cinco años de luchas pero sufrieron pérdidas humanas y materiales muy pesadas. Fue el último de cuatro conflictos armados internacionales, en la llamada Cuestión del Plata, en la que luchó Brasil, en el siglo XIX.



## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	10
1.1	PROBLEMA	11
1.2	OBJETIVOS	12
1.2.1	<b>Objetivo Geral</b>	12
1.2.2	<b>Objetivo Específico</b>	12
1.3	HIPÓTESE	12
1.4	VARIÁVEIS	13
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	13
1.6	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	13
2	METODOLOGIA	14
3	<b>A NAÇÃO PARAGUAIA: FORMAÇÃO, IDENTIDADE E ASPECTOS CONJUNTURAIS</b>	17
3.1	A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL	17
3.2	A FORÇA HUMANA DA MILÍCIA GUARANI E A DERROTA DOS LUSO-BRASILEIROS	23
3.3	ORIGENS DAS MAZELAS NACIONAIS: O ISOLAMENTO DO PARAGUAI	26
4	<b>A NAÇÃO PARAGUAIA: A ORIGEM DE SUAS FORÇAS ARMADAS E A IMPORTÂNCIA DE FRANCISCO SOLANO LÓPEZ PARA A GUERRA</b>	30
4.1	DR. FRANCIA, “ <i>EL DICTADOR PERPETUO DEL PARAGUAY</i> ”	30
4.2	“DON” ANTONIO CARLOS LÓPEZ, “ <i>EL PRIMER PRESIDENTE CONSTITUCIONAL</i> ”	31
4.3	FRANCISCO SOLANO LÓPEZ, “ <i>EL MARISCAL, EL SUPREMO</i> ”	34
4.4	A GRANDE ARTICULAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PARAGUAIAS	37
5	<b>A SITUAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E O ISOLAMENTO DO SUL DO</b>	

	<b>PAÍS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX -----</b>	<b>41</b>
5.1	A REGIÃO DO PRATA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX -----	41
5.2	A SITUAÇÃO CONJUNTURAL BRASILEIRA À ÉPOCA -----	43
5.3	A PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL E SUA SITUAÇÃO DE ISOLAMENTO -----	44
6	<b>A RESISTÊNCIA BRASILEIRA À INVASÃO PARAGUAIA NA FRONTEIRA OESTE DO RS – O COMBATE DE SÃO BORJA -----</b>	<b>48</b>
6.1	A SITUAÇÃO VIGENTE -----	48
6.2	A INVASÃO DE SÃO BORJA -----	49
7	<b>CONCLUSÃO -----</b>	<b>54</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA-----</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao debruçar-se sobre o passado, na procura de respostas para fatos que ocorreram, busca-se o verdadeiro objetivo da História que é o de compreender um fenômeno histórico em sua singularidade e em sua unicidade.

O pesquisador, despojando-se de todo e qualquer preconceito e ideologia na procura daquele que é o único fato ocorrido, deve identificar-se, desta maneira, com a verdade. Deve procurar, localizar, avaliar e sintetizar sistemática e objetivamente as provas, para estabelecer os fatos e obter conclusões referentes aos acontecimentos passados.

Na busca deste objetivo, o trabalho propõe como tema: “A CONJUNTURA PARAGUAIA E O ISOLAMENTO DO SUL DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX – A INVASÃO DO SOLO BRASILEIRO”, tendo como foco aspectos conjunturais de Brasil e de Paraguai, à época.

Assim, neste trabalho, pretendeu-se observar o espaço temporal compreendido pela Guerra do Paraguai, mais especificamente o ano de 1865. Este período retrata a invasão paraguaia ao sul do Brasil.

Como todo fato inserido dentro de um contexto, a pesquisa proposta não pode se restringir a abordar somente os fatos relativos ao ano da invasão paraguaia ao sul do Brasil. Para que o trabalho tivesse fluidez, encadeamento de ideias e pudesse, ao seu final, permitir ao leitor a compreensão do fato histórico por completo, houve a necessidade de entender o período histórico vigente.

Neste caminho, pelo lado paraguaio, buscou-se, na formação de sua nacionalidade e na formação de suas Forças Armadas, os alicerces para justificar os acontecimentos pesquisados. Pelo lado brasileiro, foi dada a ênfase necessária à situação de isolamento em que se encontrava a região fronteira oeste da Província do Rio Grande do Sul.

Mesmo sendo assunto de grande conhecimento público, a “Guerra do Paraguai”, maior conflito armado da América do Sul e que envolveu a Confederação Argentina, a República Oriental do Uruguai, o Império do Brasil e a República do Paraguai, também foi estudada, visando dar suporte às particularidades que se desejou explorar. Necessário, se faz, mencionar que este conflito determinou o fim das tensões internas da região, especialmente nas questões de limites.

Verificou-se que as políticas do Império do Brasil, especialmente no tocante ao seu planejamento militar, caracterizaram-se por dar às províncias uma grande autonomia. Isso fez com que o governo central falhasse em apoiá-las diante da iminente invasão estrangeira, caracterizando um certo abandono, o qual foi determinante para que o território nacional fosse violado.

De maneira notória, viu, o autor, que o enfraquecimento do Exército Imperial, durante a Regência, e a clara influência da política, por vezes com decisões políticas equivocadas ou de má qualidade, nas decisões castrenses, também foram determinantes para que o inimigo encontrasse grande facilidade ao adentrar o território.

De igual maneira, percebeu-se que a falha da inteligência e da diplomacia brasileira, em avaliar corretamente as intenções paraguaias, também foram fatores que influenciaram o governo a não preparar seu exército de maneira a impedir o avanço das tropas do País vizinho.

Como sequência lógica, buscou-se discorrer, especialmente, acerca da resistência nacional constituída diante da invasão do exército paraguaio, dada nas cercanias da pequena Vila de São Borja, aos 10 dias do mês de junho do ano de 1865. Necessário, também, é a menção de que este combate sucedeu-se onde hoje localiza-se o quartel do 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada – Regimento João Manoel.

Tudo isto tornou-se possível, ao final dos trabalhos, pela análise dos detalhes destes cenários pretéritos, pelas diversas referências bibliográficas pesquisadas e pelas fontes disponíveis, encontrados nos mais variados arquivos históricos disponíveis, e pela análise e compilação das fontes acessadas e/ou disponibilizadas.

Não se pretendeu, aqui, afirmar que tudo que já fora escrito ou dito sobre o assunto é deficitário, tendencioso ou manipulado. Muito pelo contrário, a proposta do trabalho de pesquisa, ora apresentado, é no sentido de agregar conhecimento histórico sobre um episódio de características multifacetadas, buscando fontes que procurem dar uma sequência lógica e cronológica aos fatos, propiciando mais uma fonte de consulta sobre os acontecimentos que marcaram esta fase do Guerra do Paraguai.

## 1.1 PROBLEMA

De que forma as características do ambiente político-social do Brasil e do Paraguai, em meados do século XIX, somadas às carências e ao isolamento em que se

encontrava a Província do Rio Grande do Sul, criaram as condições necessárias para alavancar os objetivos nacionais do Paraguai e a consequente invasão do solo brasileiro na localidade de São Borja?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Compreender os aspectos conjunturais brasileiros e paraguaios, à época da Guerra do Paraguai, e os fatos que influenciaram ou conduziram à invasão do solo brasileiro, com ênfases à situação de isolamento enfrentada pela Província do Rio Grande do Sul e à resistência oferecida pelas tropas da fronteira oeste desta Província.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para isso, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os aspectos conjunturais do Paraguai, sua identidade e seu processo de formação como nação, de modo a melhor compreender o fato histórico em questão;

- Identificar a origem das Forças Armadas paraguaias, com ênfase para a importância de Francisco Solano López neste processo e na Guerra da Tríplice Aliança;

- Identificar os aspectos conjunturais de Brasil, nas áreas política e social, à época, e o isolamento imposto à Província do Rio Grande do Sul, de modo a melhor compreender o fato histórico;

- Ordenar os fatos segundo uma sequência cronológica, facilitando a compreensão do processo histórico que se desencadeou; e

- Identificar os aspectos característicos da campanha militar ocorrida, na década de 1865, na fronteira oeste da Província do Rio Grande do Sul.

## 1.3 HIPÓTESE

A política interna do império do Brasil, que não dava a devida importância às fronteiras da Província do RS, somada à precariedade de suas relações diplomáticas com os países vizinhos, abriu caminho para que o Paraguai, País de relativa organização

política, econômica e militar em meados do século XIX, na busca de seus interesses e escorado por suas Forças Armadas, invadiu o solo brasileiro, no contexto da Guerra do Paraguai.

#### 1.4 VARIÁVEIS

Considerando o tema “A CONJUNTURA PARAGUAIA E O ISOLAMENTO DO SUL DO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX – A INVASÃO DO SOLO BRASILEIRO”, as circunstâncias passíveis de estudo e que poderão influenciar a pesquisa serão as seguintes:

Variável Independente: As relações diplomáticas existentes entre Brasil e Paraguai.

Variáveis Dependentes: A formação e a evolução das Forças Armadas do Paraguai, o isolamento da Província do Rio Grande do Sul e a invasão do território brasileiro, em 1865.

#### 1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A proposta deste trabalho é apresentar um arrazoado de fatos históricos inseridos no contexto da Guerra do Paraguai e que envolveram a invasão do território brasileiro, no ano de 1865.

Neste contexto, apresentar, de um modo didático, a formação da nacionalidade e das Forças Armadas paraguaias, desde o século XVI até à Guerra do Paraguai, a situação de isolamento em que se encontrava a Província do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XVI e um evento militar ocorrido em solo brasileiro, até o momento, pouco valorizado e pouco conhecido, no ano de 1865.

#### 1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O presente trabalho de pesquisa pretende fornecer um resgate histórico sobre os fatos ocorridos, desde seus antecedentes conjunturais, tanto do Brasil quanto do Paraguai, até a resistência de denodados brasileiros, que tombaram em combate na defesa do solo brasileiro.

## 2 METODOLOGIA

Para classificação metodológica deste trabalho, tomou-se como base a taxionomia apresentada por Vergara (2007), que qualifica a pesquisa em relação a dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, uma pesquisa pode ser:

a) Exploratória: Que é realizada em áreas de pouco conhecimento sistematizado, assim sendo não comporta hipóteses na sua fase inicial, porém no decorrer da pesquisa estas poderão surgir naturalmente.

b) Descritiva: É aquela que expõe características claras e bem delineadas de determinada população ou fenômeno, para isso envolve técnicas padronizadas e bem estruturadas de coletas de seus dados.

c) Explicativa: Tem como principal objetivo tornar as ações estudadas em dados de fácil compreensão, justificando e explicando os seus principais motivos e o "porquê" das coisas.

d) Metodológica: Está associada aos caminhos, formas, maneiras e procedimentos utilizados para atingir determinado fim.

e) Aplicada: Tem necessidade de resolver problemas que já existem na prática. De forma imediata ou não.

f) Intervencionista: Não se satisfaz apenas na explicação do que se está sendo estudado, mas pretende interferir de alguma forma na realidade, no dia-a-dia do seu objeto de pesquisa.

Quanto aos meios de investigação, uma pesquisa pode ser:

a) De campo: Baseia-se pela experiência que se está sendo aplicada na investigação e é realizada exatamente no local onde são observados os fenômenos estudados.

b) De laboratório: É realizada em local determinado e limitado.

c) Documental: Através de análises em documentos encontrados em órgãos públicos ou privados, ou com pessoas que detenham a guarda destes documentos.

d) Bibliográfica: É aquele realizado com base em material publicado em livros, jornais, revistas, sites na internet, e que sejam disponibilizados ao público em geral.

e) Experimental: Investigação empírica na qual o pesquisador manipula e controla variáveis independentes e observa os resultados destas manipulações.

Neste rumo de ideias, quanto aos fins, o presente trabalho situou-se nos campos da pesquisa exploratória e descritiva, e teve a intenção de pesquisar, fundamentar e pontuar os fatos relevantes que, à época, conduziram os envolvidos a tomarem as atitudes que criaram o cenário conjuntural para a invasão paraguaia ao solo brasileiro, no contexto da Guerra do Paraguai.

Por outro lado, quanto aos meios, o autor utilizou-se dos procedimentos técnicos de pesquisas bibliográficas, na quase totalidade de seus estudos, e documentais, os quais foram minimamente empregados.

Em função das definições acima, este pesquisador entende que o trabalho enquadrou-se como uma pesquisa histórica, com abordagem dedutiva.

A coleta de dados, referente à pesquisa bibliográfica, foi realizada por meio de consultas à biblioteca particular, à biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior de Exército (ECEME), a pesquisas recentes de dissertações e por meio do acesso à internet.

De uma maneira geral, em relação à pesquisa bibliográfica e documental, o pesquisador adotou os seguintes procedimentos:

- Levantamento da bibliografia disponível e de documentos pertinentes;
- Seleção da bibliografia e de documentos;
- Leitura analítica da bibliografia e dos documentos selecionados;
- Pesquisa de fontes primárias tais como pronunciamentos, jornais, e correspondências oficiais;
- Fichamento, momento em que serão elaboradas as fichas bibliográficas de citação e de resumo dos autores e atores envolvidos; e
- Análise crítica e consolidação das questões de estudo.

A ideia inicial foi dividir o trabalho em capítulos que retratassem, inicialmente, a formação conjuntural da sociedade paraguaia e a formação de suas Forças Armadas e, depois, apresentassem a situação de isolamento em que se encontrava a fronteira oeste da Província do Rio Grande do Sul.

Para que todo o trabalho tivesse uma lógica no encadeamento de ideias, além destes mencionados, há um capítulo introdutório e outro conclusivo.

O trabalho chegou a cabo com a elaboração de um texto onde constam as questões e os objetos de estudo, enfatizando aqueles acontecimentos mais relevantes relacionados ao tema inicialmente proposto.



Assim, ao empregar conhecimentos técnicos, científicos, analíticos e sintéticos, de maneira organizada, podemos servir de instrumento de aquisição e construção de conhecimentos e podemos chegar à natureza dos problemas com melhores condições de estudá-los e de explicá-los, quando necessário.

Por fim, pode-se verificar que, se há um grande ensinamento adquirido ao longo do emprego metodológico de consecução deste trabalho, ele está no fato de que foi possível verificar a importância da Metodologia da Pesquisa e da Produção Científica, nas suas mais variadas formas de utilização.

### 3 A NAÇÃO PARAGUAIA: FORMAÇÃO, IDENTIDADE E ASPECTOS CONJUNTURAIS

#### 3.1 A formação da identidade nacional

O nascimento do Paraguai se confunde, é claro, com a descoberta e ocupação do Rio da Prata. Este rio, e suas adjacências, foram descobertas, primeiramente, pelos portugueses, em 1514, em uma expedição liderada por Estevão Fróis e João de Lisboa, contudo com uma vantagem muito breve sobre os concorrentes espanhóis (GOES FILHO, 1999).

Seguiram-se, imediatamente, sucessivas expedições de ambos os lados (POSSAMAI, 2004). Ambas as coroas buscavam assegurar para si os territórios americanos e suas riquezas correspondentes, com o foco principal de alcançar os lendários paraísos de metais preciosos, conhecidos como costa do ouro e da prata, serra do ouro e terras do Rei branco, entre outros, que depois seriam identificados com o Império Inca.

No mesmo ano em que a Coroa portuguesa dividia seu território em capitânicas (1534), o rei espanhol nomeava Pedro de Mendoza como *adelantado* (espécie de donatário) das Províncias do Rio da Prata. Este, então, fundou Buenos Aires em 1536 (GOES FILHO, 1999).

Assunção viria a ser fundada no ano seguinte, por João de Salazar, membro de sua expedição. Buenos Aires, entretanto, veio a ser atacada pelos indígenas, pela fome e por doenças, e, em 1541, o que dela sobrou foi transferido para Assunção, que se consolidou como núcleo civilizatório e base de operações da Espanha no sul do subcontinente (GADELHA, 1980).

Muitas razões justificavam essa escolha, com destaque para a facilidade de trato com os indígenas guaranis, que asseguravam a manutenção dos espanhóis, e para a fertilidade das terras povoadas. Tudo isso, juntava-se à maior proximidade das conhecidas Minas do Rei Branco e da Serra da Prata, fim máximo da expedição (GADELHA, 1980).

A citada facilidade de trato com os índios guaranis é o elemento basilar da formação da identidade nacional paraguaia. Mais do que uma simples convivência ou cooperação, tratou-se de uma verdadeira aliança, ou mesmo fusão, que deu origem ao caráter mestiço e bilíngue na nação, afirmada no artigo 140, da Constituição Nacional

daquele país:

O Paraguai é um país pluricultural e bilingue. São idiomas oficiais o castelhano e o guarani. A lei estabelecerá as modalidades de utilização de um e outro. As línguas indígenas, assim como de outras minorias, formam parte do patrimônio cultural da nação<sup>1</sup>.

Derrotados militarmente pela expedição de Pedro de Mendoza, os guaranis negociaram, com este, uma aliança. Baseada nas relações de parentesco, o *cuñadazgo*, na qual cederam suas mulheres, se sujeitando a servir ao espanhol por lações de amizade e parentesco (GADELHA, 1980, p. 100), conseguira, em troca, uma aliança militar para combater as tribos nômades rivais, como os *guaicuru*.

Além da aliança política convertida em relações familiares, seguiu-se também a fusão entre as estruturas sociais. Os caciques indígenas foram transformados em parte da estrutura administrativa colonial, por meio das Ordenanças de Alfaro, de 1611, na qualidade de supervisores dos afazeres dos demais indígenas (GADELHA, 1980).

É claro que nunca se deixou de aplicar a coerção (guerra e apresamento) seja contra tribos hostis, seja contra os indígenas rebelados. De fato, desde 1555 se estabeleceram as *encomiendas*, formas de prestação de serviços inspirados, de certo modo, em costumes indígenas que, em seu rigor, assemelhavam-se à escravidão, pois os indígenas existentes eram repartidos entre os encomendeiros, grupo reduzido de grandes proprietários de terra, e submetidos a trabalhos muito pesados.

Ao longo de todo o período colonial, persistiriam tensões sociais entre os indígenas, assimilados e ao mesmo tempo oprimidos pelos espanhóis, os colonos, que desejavam usufruir da mão-de-obra da maneira que fosse possível, e os representantes da Coroa e da Igreja. Estes últimos, de papel destacado à época, ao mesmo tempo em que desejavam proteger o indígena do colono para assegurar sua sustentabilidade demográfica e a paz social, se empenharam em reduzir, agrupar, dar residência fixa e subordinar o mesmo indígena ao ordenamento instrucional e cultural espanhol (GADELHA, 1980).

O que importa, porém, para este estudo, é identificar, nessa precoce

---

<sup>1</sup> “El Paraguay es un país pluricultural y bilingüe. Son idiomas oficiales el castellano y el guaraní. La ley establecerá las modalidades de utilización de uno y otro. Las lenguas indígenas, así como de otras minorías, forman parte del patrimonio cultural de la Nación” (tradução nossa). Constitución de la Republica del Paraguay, 1992, art. 140.

mestiçagem intensificada pelo persistente isolamento do Paraguai, que ela foi resultado de uma deliberada política da Espanha e que colaborou para o nascimento da identidade nacional. Ainda que não explícita ou declarada, ela viria a se manifestar na força do setor *independentista* das classes populares, em meio ao processo de emancipação política do país no século XIX, demonstrando a alta coesão social da nação.

Essa identidade nacional viria a ser acentuada pelo papel desempenhado pelos paraguaios nas guerras de defesa da região platina, contra os invasores estrangeiros. Curiosamente, neste ponto, a pobreza da província foi decisiva: incapaz de manter contingentes militares profissionais, a maior parte das tropas paraguaias que lutaram contra os luso-brasileiros em defesa de Buenos Aires e da Banda Oriental, ao longo dos séculos XVII e XVIII, foi composta de milicianos conscritos.

Tal fato explica a aversão do cidadão comum a Buenos Aires, haja vista que tinha sido recorrentemente obrigado a pagar esse “tributo de sangue” ao Vice-Reinado, sem contrapartidas em direitos políticos ou concessões econômicas (MORENO, 2011). Ter em conta essa situação é fundamental para que, quando da independência, não se considere o povo paraguaio:

... como um grupo social de vontade indefinida, inconscientemente inclinado a anexar-se a Buenos Aires, do que foi livrado pelo evento milagroso do Dr. Francia, ser ideal de espécie desconhecida, que libertou um povo contra sua vontade, para o petrificar, depois, na imobilidade estéril com que se petrificou ele mesmo em seu antro lúgubre e solitário (MORENO, 2011, p. 75)

A apresentação elaborada da identidade nacional paraguaia, contudo, viria a aparecer apenas após o fim da Guerra da Tríplice Aliança. Com ela, o país sofreu um reordenamento profundo em suas estruturas políticas, econômicas e sociais, com sérias consequências para sua inserção internacional.

Desde o fim da guerra, a equidistância do país ante o Brasil e a Argentina foi se deslocando progressivamente em favor do último país. Até 1875, o Império exerceu o domínio praticamente direto da política paraguaia, devido à presença de tropas aquarteladas principalmente em Assunção. Por sua vez, a Argentina se contentaria com o predomínio econômico, sem a correspondente influência política.

Até 1904, mesmo após o fim da ocupação militar brasileira, encontrava-se, no poder, o Partido Colorado, mais inclinado ao Brasil, quando o Partido Liberal, pró-

argentino, tomou o poder mediante uma guerra civil. Como explica Doratioto (2012, p. 99):

Esses acontecimentos impulsionadores do movimento liberal de 1904 tinham suas raízes na alteração do eixo da hegemonia na sociedade paraguaia. Nas últimas décadas do século XIX, a política do Paraguai fora dominada pela aliança entre latifundiários, caudilhos militares e políticos semiprofissionais apoiados pelo Brasil. Contudo, como as fontes mais dinâmicas da atividade econômica estavam ligadas ao exterior e, neste, para a Argentina, a elite comercial passou a exercer maior poder político e, dessa maneira, os políticos começaram a dela se aproximar. A Revolução Liberal de 1904 refletiu o crescimento do poder dos setores mercantil e financeiro.

A progressiva desocupação militar brasileira no Paraguai fez com que os brasileiros se distanciasse dos seus aliados em solo paraguaio, os colorados. A seu interesse, a Argentina, ainda que por meio de particulares que contavam com a conivência do governo, apoiou os liberais<sup>2</sup> (DORATIOTO, 2012, p 118).

No plano interno, é claro, a situação era crítica. Os níveis populacionais pré-guerra só seriam alcançados no início do século XX. Em relação tanto à área agrícola cultivada quanto seu nível de produção, seriam necessários mais de quarenta anos de trabalho.

A situação fiscal do Estado era calamitosa, levando à venda maciça das terras públicas, retornando o país a uma situação caracterizada por “uma economia dominada por grandes latifúndios. Por outro lado, havia um quantitativo significativo de pequenos agricultores totalmente dependentes dos cultivos de subsistência e da exportação de algodão e fumo agrícola” (KRAUER, 2009, p. 168).

---

<sup>2</sup> “O governo paraguaio dispunha de homens suficientes para vencer os revolucionários. Carecia, porém, de armamento, fato que o impedia de tomar a iniciativa militar e fazia com que seus dias estivessem ‘contados’. As tropas legalistas pioravam sua situação ao fazer constantes ataques das margens do rio aos barcos e canoas argentinos, o que aumentava as simpatias e proteção destes aos revoltosos. O facciosismo argentino levou as autoridades de Concórdia a reterem, por vários dias, o armamento que o governo paraguaio comprara no Prata. Enquanto isso, a remessa de armas para os rebeldes não encontrava nenhum obstáculo na Argentina” (DORATIOTO, 2012, p. 118) Já o Brasil negava o envio de qualquer armamento ao governo.

Parte importante dessas terras foi vendida a capitais estrangeiros, principalmente argentinos, gerando várias economias de enclave dentro do país. Ainda observa Krauer (2009, p. 171):

Porém, mais do que surpreendente é o fato de que, apesar de uma integração muito dinâmica à economia mundial, não ocorreram os efeitos multiplicadores em nível econômico e social que, ao contrário, surgiram ao sul do Prata, onde uma grande parte das receitas líquidas das exportações seguiram para os grandes latifúndios nas mãos do capital estrangeiro, bem como indústrias extrativas com pouca disposição de reinvestimento e de expansão interna.

É nesse cenário nacional, marcado pela inclinação externa claramente em favor da Argentina e pelo retorno ao modelo socioeconômico pré-independência, agravado pela criação e proliferação de enclaves, que nascem as duas primeiras versões intelectual e conscientemente produzidas sobre a identidade nacional. Mesmo que baseadas em diferentes abordagens do passado histórico do país, essas versões condicionaram o modo como o país via a si mesmo e projetava seu futuro.

A primeira vertente é a do juízo negativo. Nela, a desgraça do Paraguai estava vinculada ao seu sistema de governo despótico e tirano no século XIX. O povo é apontado como “cretinizado”, isto é, sem vontade ou discernimento, cuja imbecilidade surgiu do longo isolamento a que esteve exposto.

A segunda vertente, nacionalista e ufanista, afirma que o isolamento paraguaio, ao contrário, foi positivo, ao reforçar a coesão social e permitir o surgimento de uma “raça” paraguaia. Além disso, o povo seria heroico, superior, único, e os governantes autoritários, grandes líderes. A questão é bem exposta por Soler (2010, p. 15):

Como e o quê refletir frente a um Estado dizimado pela guerra e à imperiosa necessidade de reconstrução nacional? Uma vertente apresentou um país de déspotas, no qual o isolamento autoimposto submeteu o povo a mais profunda ignorância. Isto é, uma reclusão que, pelos parâmetros da inserção da América Latina ao mercado capitalista, vinculou o isolamento com a ausência de civilização. Nesse sentido, a insularização não permitia o fluxo e chegada de bens materiais e simbólicos. Outra, finalmente hegemônica, reivindicou a Idade do Ouro a Francia e aos López. Tornou esse passado heroico e, conseqüentemente, enalteceu a guerra. O caminho para a imortalidade de Solano López havia se iniciado. Stroessner logo seria seu sucessor colorado<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> “Una vertiente lo presentó como un país de déspotas, en el que el aislamiento autoimpuesto subsumió al pueblo a la más profunda ignorancia. Esto es, una reclusión que bajo los parámetros de la inserción de América Latina al mercado capitalista vinculó el aislamiento con la ausencia de civilización. En tal sentido, la insularización no permitía el flujo y arribo de bienes simbólicos y materiales. Otra, finalmente

De forma geral, entre os membros do Partido Liberal, em sua fundação, se encontravam os dissidentes emigrados do antigo regime ditatorial. Dentre desse segmento encontrava-se boa parte da intelectualidade paraguaia, que estudou na Argentina e lá vivenciou a experiência de um regime liberal.

A estes se juntaram a incipiente burguesia, que buscava se recompor e garantir os direitos à propriedade e à participação política (SOUZA, 2006). Representavam, de certo modo, a reedição da facção *portenhista*, e se associaram à visão negativa da identidade paraguaia.

Já o Partido Colorado tinha como núcleo os militares, associados aos proprietários das terras fiscais que foram vendidas. Muitos destes haviam lutado na Guerra Grande, e, carregando a herança política dos primeiros governantes do país, se apresentavam como defensores da soberania do país (SOUZA, 2006). Reeditavam, ou tentavam reeditar, a facção *independentista*, e se associaram à visão positiva da identidade nacional.

Guardadas as devidas distâncias históricas, ainda se pode dizer que essas duas versões do caráter nacional são as mais relevantes, embora a visão positiva, acerca da identidade nacional, seja a hegemônica.

Chama atenção o fato de que a encanação das duas visões da identidade nacional no principais partidos políticos, que se mantém os mesmos até os dias de hoje, não expressa uma polarização do tipo esquerda-direita, haja vista que ambos os partidos são policlassistas, conservadores e clientelistas. Não há ainda, no Paraguai, partidos políticos expressivos representantes do trabalhismo ou de outras manifestações identificadas com as classes populares, portando uma concepção elaborada e própria da nação e seus objetivos<sup>4</sup> (SIMÓN, 1998).

---

hegemónica, reivindicó la Edad de Oro de Francia y los López. Heroificó ese pasado y, por supuesto, enalteció la guerra. El camino para la inmortalidad de Solano López se había iniciado. Stroessner sería luego su sucesor colorado” (tradução do autor)

<sup>4</sup> Em que pese a eleição do esquerdista Fernando Lugo para a presidência, em 2008, os partidos de esquerda ainda são muito pequenos no país, elegendo um número ínfimo de parlamentares.

### 3.2 A força humana da milícia guarani e a derrota dos luso-brasileiros

Embora ligadas ao bispado de Assunção, e não ao governador da província, na medida em que estabeleceram uma organização social e política que compartilhava do território e da população provincial, podemos considerar as Missões Jesuíticas como ascendentes legítimos da atual nação paraguaia.

Os jesuítas chegaram ao Paraguai em 1588, com dois objetivos. Internamente, fomentar a ocupação do território pela redução dos indígenas, organizando e disciplinando a mão-de-obra a ser utilizada pelos *encomienderos* (GADELHA, 1980)<sup>5</sup>. Externamente, defender o território platino dos portugueses (BARCELOS, 2000). Justamente pela relevância de sua atuação nesse último quesito, as Missões merecem nossa atenção, como exemplo para demonstramos o valor e a bravura do povo paraguaio.

As reduções se concentraram em quatro regiões: no Guairá (aproximadamente o atual estado do Paraná), na proximidade dos rios Uruguai e Paraná (o sudeste do atual Paraguai e a atual província argentina de Misiones), no Itatim (atual estado do Mato Grosso do Sul) e no Tape (centro e noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul).

Cabe ressaltar, então, a extrema agressividade da ação portuguesa contra as possessões espanholas. Tais ações foram motivadas, desde a separação das Coroas ibéricas (1640), pelos empecilhos colocados pela própria Espanha para o comércio com suas colônias, e, desde o fim da Guerra de Restauração (1668), pela franca decadência das posses coloniais portuguesas no Oriente.

Nesse sentido, além dos constantes ataques militares, os lusitanos iniciaram o povoamento do Paraná. A Coroa portuguesa doou uma nova capitania, que se estende até o Rio da Prata e, culminando o processo, fundou a Colônia do Sacramento (1680), na margem oposta de Buenos Aires. (POSSAMAI, 2004).

Após sucessivos confrontos decorrentes do expansionismo bandeirante, os lusos obtiveram uma vitória quase total: entre as décadas de 1620 e 1630 destruíram as

---

<sup>5</sup> Apesar disso, o conflito com os colonos sobre o regime de trabalho dos indígenas seria uma constante durante o período colonial. As milícias guaranis foram determinantes para sufocar as Revoluções Comuneiras nos séculos XVII e XVIII, onde os assuncenhos, descontentes com a Companhia de Jesus e com a política indígena Real, depuseram governadores e flertaram com a independência (CERVEIRA, 2011).



cidades e as missões do Itatim, do Guairá e do Tapes. As missões ficaram reduzidas a seu núcleo principal, entre os rio Paraná e Uruguai<sup>6</sup>, ao mesmo tempo em que ocupação dos colonos se reconcentrou ao redor de Assunção (AVELLANEDA; QUARLERI, 2007).

Devido à gravidade da situação, o Vice-Rei espanhol, pela primeira vez, libera o uso de armas de fogo para os guaranis e o resultado são suas primeiras vitórias militares, em 1638 e 1639, nas batalhas de Caaçapaguaçu e Caaçapa-mirim.

Em 1643, essa prática seria legalmente chancelada pela Coroa espanhola. A grande vitória militar das milícias indígenas, contudo, seria em Mbororé, em 1641, marcando o fim das aquisições territoriais luso-brasileiras sobre áreas já ocupadas pelos hispânicos (CHIOGNA; MOURA, 2011; GOES FILHO, 1999).

A consequência da reversão do resultados dos conflitos bélicos não dizia respeito apenas ao controle da região platina, mas, em essência, também ao projeto luso-brasileiro de conquistar toda a América do Sul, como aponta Possamai (2004, p. 49):

Ressurgiram então os ambiciosos planos políticos de expansão rumo ao Prata. Salvador Corrêa de Sá, interrogado em 1643, sobre como reabrir o lucrativo comércio com Buenos Aires, sugeriu nada menos que a conquista da cidade e a construção de uma fortaleza em suas proximidades. **A conquista seria facilitada pela ajuda dos paulistas, que deveriam atacar o Paraguai, para impedir o envio de reforços espanhóis.** Da mesma opinião era o padre Antônio Vieira, que advogava a conquista do Rio da Prata como consolação à cessão de Pernambuco aos holandeses em troca da paz. **Aliás, o padre Antonio Ruiz de Montoya, apóstolo do Paraguai, orgulhava-se ao alegar que a pretensa invasão de Buenos Aires e do Peru fora evitada pela vitória que seus índios conquistaram sobre os bandeirantes em Mbororé.**

Devido ao êxito dos guaranis em conterem o avanço português, a Coroa espanhola transformou, em 1649, as milícias guaranis em milícias reais. Assim, as autoridades espanholas reconheciam que os indígenas reduzidos haviam se tornado sua principal peça estratégica na região, até porque o desenvolvimento de Buenos Aires ainda era incipiente.

De acordo com Avellaneda e Quarleri (2007), em mais duas ocasiões (1652 e 1688), a vitória dos povos aldeados impediu que Assunção caísse nas mãos dos portugueses. As milícias guaranis também foram fundamentais para garantir o controle

---

<sup>6</sup> Esse território, correspondente à atual província argentina de Misiones, seria entregue aos argentinos após a Guerra da Tríplice Aliança.

da Banda Oriental e a existência de Buenos Aires e foram peças centrais nas três primeiras ofensivas à Colônia do Sacramento (1680, 1705 e 1735), em especial nas duas primeiras, que foram bem sucedidas. No primeiro ataque, por exemplo, havia cerca de três mil guaranis para trezentos soldados da Província do Rio da Prata (BARCELOS, 2000; AVELANEDA; QUARLERI, 2007).

Dessa forma, por cerca de um século, entre a permissão de portar armas de fogo e o Tratado de Madri (1750), foram as Missões do Paraguai fundamentais para conter o avanço territorial brasileiro, que teria eliminado tanto Assunção quanto Buenos Aires, impedido o surgimento do Uruguai, e aberto o caminho para a conquista brasileira do Peru. De acordo com Barcelos (2000, p. 104):

As milícias formadas com guaranis das reduções foram ponta de lança da resistência espanhola nas contendas com os portugueses de Sacramento [...] Afiançando a fronteira hispânica na região platina, as reduções integravam-se e eram integradas cada vez mais ao mundo colonial espanhol. O apoio da coroa espanhola à estabilidade destes povoados na primeira metade do século XVIII tem uma relação direta com este papel de fronteira desempenhado com êxito pelas reduções.

O ponto de inflexão da participação missioneira na política do Prata se deu com o Tratado de Madri (1750), que deu origem às Guerras Guaraníticas, envolvendo a cessão dos Sete Povos aos portugueses. Nessa guerra, além de combater simultaneamente a portugueses e espanhóis, as tropas guaranis se encontravam em uma carência aguda de material bélico (AVELANEDA; QUARELI, 2007). A partir de então, os jesuítas retrairam sua participação nas guerras locais, até serem expulsos das terras espanholas, devido a desentendimentos na Espanha (PÉREZ, 2009).

Portanto, em que pesem os flagelos impostos pelos bandeirantes, que lograram privar o Paraguai do controle da atual região Sul e parte da região Centro-Oeste brasileira, a bravura do povo guarani foi responsável por frustrar a principal ambição estratégica luso-brasileira: o controle da foz do Rio da Prata.

Apesar do isolamento e decadência econômica do Paraguai, que, como veremos, se deveu em grande parte à Coroa espanhola, dificilmente sem sua participação os luso-brasileiros teriam se contentado em ter o Rio da Prata como sua *fronteira desejada*, no dizer de Goes Filho (1999), mas nunca definitivamente conquistada.

### 3.3 Origens das mazelas nacionais: O isolamento do Paraguai

A função inicial de Assunção, para seus colonizadores, era a de uma base para incursões em busca de metais preciosos no norte do continente: “de lá partiu, por exemplo, a grande entrada de Martínez Irala (então governador da Província do Prata), que chegou ao Peru em 1547, para verificar, para grande decepção sua que a terra dos incas já estava ocupadas por outros espanhóis” (GOES FILHO, 1999, p. 132).

Em seguida, o Vice-Rei proibiu os paraguaios de se fixarem no Peru, e estes então se lançaram à expansão da ocupação dos territórios sob sua jurisdição. (GADELHA, 1980).

Cabe aqui uma observação. A jurisdição original da Província do Rio da Prata (que chegou a ser conhecida como *Província Gigante das Índias*), com sede em Assunção, e que era, portanto, a estrutura administrativa colonial de quem o futuro Paraguai herdaria sua personalidade internacional, compreendia o atual Paraguai, a Argentina (excetuando-se a província autônoma de Tucumán), o Uruguai, parte da Bolívia (até Santa Cruz de la Sierra), parte do Chile e parte do Brasil (os estados da Região Sul e parte do Mato Grosso).

Em outras palavras, a capitulação outorgada a Pedro de Mendoza, em 1534, dava direito territorial a boa parte da América do Sul, com exceção do Peru, de parte do Chile e do extremo norte do subcontinente, que haviam sido cedidas em capitulações mais antigas a, respectivamente, Francisco Pizarro, Diego Ordás e Pedro de Heredia.

Desta qualificação geográfica, parcialmente, podemos inferir que **o Paraguai não nasceu um “prisioneiro geopolítico”, encurralado entre vizinhos bem maiores e mais poderosos, nem condenado à sua condição mediterrânea** (grifo nosso).

De acordo com Domingo (2012), é equivocado pensar que o grande território atribuído ao Paraguai seria, somente, um modo de garantir que os minérios, que se esperava encontrar no Peru, estivessem sob sua jurisdição. Verdadeiramente, a ideia era a de garantir e proteger o acesso pelo leste, fortemente ameaçado pelos portugueses.

Assim, as três capitulações (concessões) emitidas em 1534 e que repartiram a parte austral da América do Sul (para Pedro Mendoza, Diego de Almagro e Simon de Alcazaba), bem como a capitulação de 1539 para Francisco Alonso

Camargo, parecem ter o objetivo claro de cercar o Peru tanto a partir do litoral atlântico como do Pacífico Sul e garantir o controle dos estreitos ao sul do continente.

Em outras palavras, embora o objetivo dos colonizadores do Paraguai fosse transformar a província em base de expedições para os territórios incas (atual Peru) e, posteriormente, para as minas de prata de Potosi (atual Bolívia), o que levaria Assunção a ser capital de uma poderosa província, para a Coroa o papel da província seria apenas de um “escudo” contra as pressões portuguesas.

Nesse sentido, a Coroa não só proibiu o estabelecimento dos originários da província no Peru, como, em 1555, chegou a proibir as comunicações diretas com essa região (GADELHA, 1980). Ainda nesse rumo de ideias, Domingo (2012) mostra que as instruções reais aos governadores, que sucederam Mendoza no século XVI, tiveram como ênfase principal a necessidade de povoar o estuário do Prata, assim bloqueando o acesso fluvial e terrestre português às regiões mineradoras.

Como a objetivo da Espanha não era, portanto, garantir a prosperidade e integridade do Paraguai (então Província do Rio da Prata), não houve hesitação em realizar sucessivos desmembramentos de seu território em favor de outros grupos de colonizadores.

Primeiramente concedeu, a Pedro de Valdivia, a Província de Nova Extremadura (atual Chile) em 1548, retirando o acesso paraguaio ao Pacífico. Em seguida, transformou em província independente a recém-criada cidade Santa Cruz de la Sierra, em 1560, criando uma “província-tampão”, como obstáculo adicional para o acesso às regiões andinas.

Por fim, em 1568, garantiu, a Diego Hernández de Serpa e a Maraver Pedro Silva, o controle da região amazônica, onde se incluía a Província do Rio da Prata (DOMINGO, 2012).

A colonização do território sob a jurisdição paraguaia foi consequência direta da impossibilidade de controle das regiões andinas, ainda no século XVI. Além do objetivo econômico de explorar economicamente as novas terras e apresar indígenas, e do objetivo estratégico de se proteger de possíveis avanços portugueses, buscou-se realizar um pioneiro projeto de integração econômica continental.

Esse projeto, de criação de uma rede de povoações, ligaria Assunção ao oceano Atlântico, aos Andes e às províncias do Tucumán e do Chile. Com isso, a província se transformaria em um *entroncamento*, interligando as três províncias da América do Sul hispânica (Chile, Rio da Prata e Tucumán), a América portuguesa e a

próspera região andina, contando, ainda, com comunicações diretas com a Europa (GADELHA, 1980; POSSAMAI, 2004).

Assim, na costa atlântica se iniciou a ocupação do Guairá (aproximadamente o atual estado brasileiro do Paraná), com a finalidade de, depois se estabelecer um porto em Santa Catarina, refundar Buenos Aires (1580). Em direção aos Andes, povoou o Itatim (porção oeste do atual Mato Grosso do Sul) e funda-se Santa Cruz de la Sierra (na atual Bolívia). Entre o Atlântico e Assunção, funda-se Corrientes e Santa Fé (GADELHA, 1980).

A empreitada rendeu frutos para toda a província, tanto pelo comércio legal entre as colônias hispânicas austrais como, principalmente, pelo comércio ilegal com as colônias portuguesas e com os Andes. De acordo com o sistema colonial espanhol, tanto o comércio intercontinental quanto intracontinental deveriam ser realizados apenas pelos portos autorizados (e não havia nenhum na parte austral da América do Sul), salvo permissões isoladas (POSSAMAI, 2004).

A modalidade ilegal progrediu muito, colocando em circulação a prata de Potosi, excedentes da região platina, produtos coloniais brasileiros, manufaturados europeus e escravos. Provocou, também, a associação entre os grupos comerciantes lusos e hispânicos. Como resultado, houve uma prosperidade geral na região (GADELHA, 1980).

Houve consequências negativas nesse progresso, que foram sentidas duplamente pelo Paraguai. Em primeiro lugar, a cidade de Assunção foi se isolando em relação aos demais espaços coloniais, e, por consequência se tornando decadente<sup>7</sup>. Isso porque, apesar de existir uma rota terrestre ligando Assunção a São Vicente (atual São Paulo), via Guairá, o caminho mais utilizado foi o que, saindo dos portos brasileiros, chegava a Buenos Aires e atravessava o atual norte argentino diretamente até o Chile (GADELHA, 1980).

Em seqüência, vê-se que a mais grave e lesiva consequência foi a reação espanhola à integração regional, à época identificada como “contrabando” à luz do Pacto Colonial, chegando ao extremo de ordenar o despovoamento de Buenos Aires (em 1594). Não sendo possível, desmembrou a província em duas, Paraguai e Rio da Prata (com sede em Buenos Aires), em 1617, privando o Paraguai de sua parte mais

---

<sup>7</sup> Para se ter uma ideia, de meados do século XVI até o início do século XVII, Assunção perdera mais da metade da sua população, que provavelmente emigrou para outros lugares de maior prosperidade relativa (GADELHA, 1980).

dinâmica e do acesso ao mar.

Em 1623 criou uma alfândega seca em Córdoba, para taxar e desestimular o comércio com o Peru, além de tornar mandatária a rota comercial que passava pelo norte argentino, agravando enormemente o isolamento de Assunção. Além disso, perseguiu aos comerciantes luso-brasileiros em Buenos Aires, em especial após a fim da União Ibérica (1640).

No conjunto de suas ações, a Coroa espanhola buscava destruir a integração econômica da América do Sul, preservando assim os monopólios comerciais que haviam sido concebidos para a exploração colonial (GADELHA, 1980; POSSAMAI, 2004).

Assim, e sem negar o papel luso-brasileiro, por meio especialmente do bandeirantismo, na conquista territorial e ameaça militar constante ao Paraguai, os fatos expostos acima nos autorizam a atribuir parte expressiva da responsabilidade das adversidades paraguaias nos séculos seguintes às ações administrativas da Coroa espanhola.

No afã de proteger as riquezas das regiões mineradoras andinas para o seu sistema de monopólios comerciais, a Coroa espanhola impôs sucessivos desmembramentos territoriais à província do Paraguai e lançou mão de diversos expedientes para suprimir sua integração econômica com o subcontinente e com o mundo, isolando à província e trazendo prejuízos irreparáveis para o futuro da nação.

## 4 A NAÇÃO PARAGUAIA: A ORIGEM DE SUAS FORÇAS ARMADAS E A IMPORTÂNCIA DE FRANCISCO SOLANO LÓPEZ PARA A GUERRA

### 4.1 Dr Francia, “*El Dictador Perpetuo del Paraguay*”

Dos anos iniciais de sua independência até 1840, de província à designação de República do Paraguai, o país foi governado por José Gaspar Rodríguez Francia. Não lhe faltavam credenciais, pois tinha larga experiência na administração colonial, conforme ratifica sua Ata de Nomeação (1809) como Delegado da Província junto a Buenos Aires, capital do vice-reino do Rio da Prata, segundo Ashwell (2005, p.150, *apud* RAMOS, 2011, p. 9):

[...] o doutor José Gaspar de Francia é natural desta cidade [...] Sua idade é de 43 anos, estado civil solteiro. Pessoa de reconhecido talento e bastante instrução, de caráter pacífico, prudente e moderado e de reconhecida honradez, integridade e conduta. [...] Por sua reputação e bom nome foi eleito, no ano de 1809, Alcaide Ordinário dessa cidade, cujo cargo desempenhou devidamente assim como o de Deputado Interino do Consulado Real [...], que é a função em que atualmente se encontra. Esta é a pessoa que a sorte e a vontade desta Prefeitura destinam e oferecem a V.S. como deputado por esta Província, como um patricio idôneo e ao mesmo tempo zeloso e conhecedor dos interesses dela [...].

Como bem observado, vê-se que Francia era um indivíduo culto (BURTON, 1997, p. 56), formado na Universidade de Córdoba nas áreas de Filosofia e Teologia, onde recebeu o título de “doutor em leis e cânones”, por isso a precedência do título ao nome. Ainda, tornou-se advogado por profissão, sendo-lhe isto um ponto favorável para governar com firmeza o seu país, estabelecendo assim a permanência da independência. Todavia, é possível caracterizá-lo como um governante “dotado de caráter desumano: descendia de brasileiros” (FRAGOSO, 2009, p. 64-65), considerado violento, arbitrário, cruel e mesquinho.

Ocupando o primeiro mandato, induziu o Congresso a nomeá-lo presidente vitalício, com o título de Ditador Perpétuo do Paraguai. Como ditador perseguiu especialmente os jesuítas e todos os que pudessem constituir ameaça a sua permanência no poder.

Inspirado pela Revolução Francesa, proibiu a Inquisição e pôs fim aos privilégios da aristocracia estabelecendo que “os latifúndios não seriam permitidos e toda a terra seria da nação. A escravidão deveria ser inteiramente abolida aos

particulares, cabendo somente ao Estado usá-la para o bem comum” (PERNIDJI, 2010, p. 26). Desta maneira, conseguiu realizar consideráveis reformas econômicas e administrativas no Paraguai.

Adotou uma política protecionista e isolacionista, tendendo a figurar em um modelo pré-socialista, justificada esta pelo temor do dirigente às aspirações de seus vizinhos, principalmente, de Buenos Aires. Neste rumo de ideias, proibiu as imigrações, fomentou a agricultura (monopolizando o comércio dos produtos mais significativos da economia nacional: a erva-mate, a madeira e o tabaco) e a industrialização e tornou obrigatório o ensino primário a todo o cidadão guarani a quem “distribuía uma cartilha e uma tabuada, o bastante para torná-lo letrado” (PERNIDJI, 2010, P. 26). Permaneceu no poder até a morte, em Assunção.

Segundo Frago (2009, p. 65):

Em vista do atraso em que se encontrava o Paraguai, não lhe foi difícil adquirir um rápido ascendente sobre os seus compatriotas. Propugnou com valentia e firmeza a independência do seu país. O único meio que se lhe deparou para dominá-lo e ao mesmo tempo evita-lhe o contágio das perturbações da Argentina e do Uruguai foi isolá-lo totalmente de contatos com o exterior; por isso, o seu programa de governo reduziu-se a manter um Paraguai fechado, fora do convívio da civilização, a fiscalizar as entradas e saídas, tanto de homens como de mercadorias, e a castigar sem piedade quantos se alçassem para lhe contestar o despotismo.

#### **4.2 Don Carlos Antonio López, “El Primer Presidente Constitucional”**

Após, aproximadamente, seis meses do falecimento do seu líder supremo, a recém-independente nação paraguaia permanecia sob as diretrizes de duas Juntas Governativas militares, temporárias e instáveis. Assim, e por interferência popular, “[...] que ainda referia-se a ele como *El Defunto* e, em sinal de respeito, tirava o chapéu à simples menção de seu nome” (PERNIDJI, 2010, p. 26), conclamou-se uma mudança no cenário político.

Reuniu-se, então, na capital, um Congresso Extraordinário, com quinhentos membros, visando decidir quem seria o novo governante. O nome escolhido foi o do sobrinho do póstumo ditador Francia, D. Carlos Antonio López. A ideia era a de assessorar o governo do Coronel Dom Mariano Roque Alonso, que tinha por título Comandante General de Armas.

Formou-se, inicialmente, um governo consular, com um mandato de 3 anos. Enquanto Alonso concentrou-se na segurança e defesa do país, todo o resto da



administração pública era conduzido por López. Em pouco tempo de gestão, visíveis amostras apontaram para condutas políticas internas e externas contrárias ao antigo governo, segundo Richard Francis Burton (1997, p. 68).

“Em novembro de 1842, o Congresso Complementar realizou sua sessão. Ratificou a independência paraguaia, oficializou a bandeira e escolheu o azul como *color de la Patria*” (DORATIOTO, 2002, P. 27).

Em 1844, reuniu-se um novo Congresso, agora com 300 deputados. Sob a direção de López, promulgou a lei que estabeleceu a divisão de poderes, ainda que muito favorável ao poderio quase ilimitado do Poder Executivo. Imitando seu predecessor, estabeleceu que o cargo seria exercido por um Presidente da República (novo título), o qual governaria o país por um decênio, tornando-se o primeiro Presidente Constitucional da República Paraguaia.

Este evento foi muito bem sintetizado por Burton (1997, p. 69):

Assim, o D. Carlos Antonio López tornou-se presidente do Paraguai por dez anos. “El Ciudadano”, como adorava chamar a si mesmo, tinha então quarenta e quatro anos. Educado no Colégio de Assunção, formara-se em Teologia e Filosofia. Estudara Direito e, depois de ganhar algum dinheiro com advocacia, retirou-se para um lugar do interior, a umas quarenta léguas da capital. Raramente visitava a cidade, dedicando a maior parte de seu tempo a ler livros e a praticar agricultura. Embora jamais tenha saído de seu país natal, era tido como um homem ilustrado que, relativamente cedo na vida, adquirira generalizada reputação de patriotismo, conhecimentos especiais e vocação para a administração.

Ao término desse mandato, López foi reeleito duas vezes: uma por três anos (1854-1857) e outra por dez anos (1857-1867), não vindo este último período de governo a completar-se, devido seu falecimento no ano de 1862.

Ainda que nominalmente fosse um presidente atuando sob uma constituição aos moldes republicanos, governou indubitavelmente seu país de maneira totalitária e despótica, assemelhando-se ao seu tio. Contudo, nota-se que López “[...] implementou, pouco a pouco, uma estratégia de ‘crescimento para fora’. [...] a partir dela, o Paraguai passou por uma rápida modernização, basicamente militar, [...], pagando à vista a tecnologia e os especialistas estrangeiros que importava” (DORATIOTO, 2002, p. 29).

As estatísticas chegam a apontar que aparelhou seu exército com um efetivo militar de 30 mil soldados, o que era considerável, em termos regionais. Segundo descreve Burton (1997), “[...] começou com 3.000 soldados, recrutados por apenas três

anos, mas logo conseguiu reunir uma força de 8.000 regulares, uma milícia efetiva de 30.000 homens e uma *levée en masse* na retaguarda” (BURTON, 1997, p. 70).

Aparentava ser um organizador eficiente. Entre seus primeiros atos como novo mandatário, anunciou a criação de um exército e de uma força naval, a fundação de um arsenal e de uma fábrica de armas e pólvora e, também, da fundição de Ibicuí, dentre outros (DORATIOTO, 2002).

Assim, percebe-se que, de fato, iniciou-se com López – o pai – a formação das Forças Armadas paraguaias, com o intuito inicial aparente de legitimar a sua soberania e participação paraguaia como nação independente nos negócios do Rio da Prata.

Durante seus mandatos, reorganizou o sistema jurídico e a administração pública do país, concedeu a cidadania aos índios guaranis, criou o hino nacional, configurando um dos elementos básicos de uma nação moderna, e o primeiro veículo de comunicação oficial do país, *El Paraguay Independiente* (DORATIOTO, 2002, p. 27).

No campo psicossocial, tratou de encorajar a constituição das famílias com base no casamento, recompensando-as com propriedades, criação de gado e ferramentas. Sua ideia era de contrapor a visão laica de seu antecessor, o qual proibia com veemência a instituição do matrimônio, afinal, “famílias estruturadas e poderosas criariam um Estado dentro do Estado”. (PERNIDJI, 2010, p. 26)

Em 1854, enviou seu filho mais velho, Francisco Solano López, como embaixador plenipotenciário, a fim de comprar armamentos e estabelecer contatos comerciais nas cortes europeias. Foi nesse contexto que Solano López conheceu, na cidade Parisiense, a anglo-irlandesa, cortesã de luxo e companheira até seu falecimento, a senhora Elisa Alicia Lynch.

Segundo Doratioto (2002, pp 29-30):

Na Inglaterra, Solano López entrou em contato com a Blyth & Co, à época uma das companhias mais avançadas do mundo em tecnologia. Por intermédio dessa companhia, o Paraguai passou a comprar armamento, a enviar jovens paraguaios para nela receberem treinamento, e ainda recrutou, entre 1850 e 1870, uns 250 técnicos europeus, dos quais duzentos ingleses, para modernizar o país.

“Em 1860, os esforços diplomáticos de D. Carlos tiveram sucesso e o Paraguai entrava, finalmente, para o rol das nações civilizadas, deixando de ser uma terra incógnita nos mapas mundiais” (PERNIDJI, 2010, p. 29). Em agosto do ano de

1862 e já moribundo, “o Presidente López I, por um ato secreto (*pliego de reserva*), nomeou seu filho mais velho como vice-presidente. Morreu [...], depois de pertinaz doença [...]” (BURTON, 1997, p. 76).

No entanto, D. Carlos sempre aconselhou “[...] a seu filho Solano López que resolvesse suas disputas com o Brasil por meio da pena da diplomacia, e nunca pela espada, já que o pequeno Paraguai não poderia repetir o feito de David contra Golias, afinal o Brasil era o grande colosso sul-americano” (PERNIDJI, 2010, p. 30).

Parecem ter sido em vão suas recomendações.

### 4.3 Francisco Solano López, “*El Mariscal, El Supremo*”

Posteriormente a sua assunção como líder paraguaio, viria Solano López a ser enquadrado por diferentes concepções históricas, compiladas no decorrer dos anos. Para alguns estudiosos, seria um herói mitológico da nação e, para outros, seria o vilão traidor da pátria. Entretanto, o que de fato se sabe é que, desde sua meninice, fora incumbido por seu pai de altos cargos e grandes missões.

Chegando ao poder ainda moço, não tinha experiências beligerantes e acabou por demonstrar imaturidade na maioria de suas decisões políticas e diplomáticas, em particular, as que envolviam os representantes dos países da Bacia do Rio da Prata. Burton (1997, p. 76), exemplifica:

Imediatamente depois da morte do segundo “Supremo”, que governara praticamente dezessete anos, D. Francisco Solano López tomou as costumeiras precauções. Apoderou-se de todos os documentos paternos, dobrou as sentinelas, despachou para as ruas patrulhas reforçadas, convocou o Ministério ou Conselho de Estado, para quem leu o testamento indicando-o vice-presidente e, portanto, efetivo supremo magistrado, e ordenou que o Congresso nacional e eleitoral se reunisse. Suas medidas foram baixadas com tanta cautela que, no dia 16 de outubro de 1862, ele foi designado, sem dificuldade alguma, presidente pelo período de dez anos. E podia vangloriar-se de ser o eleito do povo, não um herdeiro ou alguém indicado por testamento. Em 1863, o novo governo foi reconhecido por onze potências européias. E todos, em casa e no exterior, acreditavam que o esclarecido general, que viajara pela Inglaterra e pela França, favorecia o Paraguai com um governo livre.

Quando tomou posse, esta era a conjuntura sócio-político-econômico do Paraguai, segundo Doratioto (2002, p. 44):

[...] era uma nação unificada, sem dívidas e, graças à presença de técnicos estrangeiros, com avanços tecnológicos em relação a outras nações do continente. Essa modernização, todavia, era de caráter militar ou defensiva, enquanto o camponês paraguaio utilizava ainda técnicas de cultivo de dois séculos de idade. O Estado guarani era dono, em meados do século XIX, de quase 90% do território nacional e praticamente controlava as atividades econômicas, pois cerca de 80% do comércio interno e externo eram propriedade estatal.

Em contrapartida, o quadro político exterior era volúvel. De um lado, o Estado Oriental do Uruguai “[...] se debatia, ainda, numa luta iniciada entre os *blancos* de *Oribe* e os *colorados* de *Rivera* e o Brasil recém emergia de uma série de revoluções que visavam ao estabelecimento do regime republicano [...]” (PINTO, 2002, p. 13).

Por outro lado, na Argentina, o General Bartolomé Mitre tornava-se Presidente de um país que aspirava “[...] reconstituir o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, ou, pelo menos, desfrutar de uma situação de hegemonia, dentro dos antigos limites” (ESTADO-MAIOR, op. cit., p. 580, vol.2), desafio este imposto a cada uma das nações.

Somada esta conjunção de fatores ao sentimento de espólio paraguaio arraigado “[...] em sua tradição histórico-colonial, já que centro irradiador da cultura hispânica, e seu território de direito abrangeria mais além de suas fronteiras políticas, alcançando parte da Argentina [...] Bolívia” (PINTO, 2002, p. 12) e do Brasil, estava preparado o palco para o desenrolar do maior conflito já instalado em terras pan-americanas.

Envolvido e instigado por situações conjunturais de efervescências políticas externas e valendo-se do pretexto de que não havia definição de limites bem clara entre os países platinos, López vê-se tomou a decisão de interferir no cenário regional

Neste alinhamento de ideias, o incômodo paraguaio repousava, principalmente, no fato do Império do Brasil causar, a partir de alianças com os Estados da região, um desequilíbrio oportuno para si, tornando-se hegemônico na área.

Obviamente, esta conjuntura apresentava fatores contrários a uma ambiciosa tentativa do Paraguai de “[...] a participar das questões na Bacia do Prata”, segundo Luiz A. M. Bandeira (DORATIOTO, 2002, p. 44), e de “buscar seu *Lebensraum*” (BANDEIRA, 1985).

Outro determinante catalisador que serviu para a perigosa tentativa de planejamento na interferência dos assuntos da Bacia do Prata foi a desconfiança “[...] de nós e da Argentina e [...] o sonho fantástico de desempenhar função tutelar dos povos platenses, não só se recusa a fixar conosco as fronteiras comuns [...], senão que prepara em silêncio, e com absoluta dissimulação [...] derrubar-nos” (FRAGOSO, 2009, p. 102).

Segundo Doratioto (2002, p. 57-58), esta desconfiança, também, tinha outro motivo:

O presidente Aguirre, [...], enviou, em 14 de julho, Antonio de las Carreras ao Paraguai. O enviado uruguaio afirmou a Solano López que o Brasil pretendia anexar uma porção do território uruguaio e que à Argentina, em contrapartida, caberia o que sobrasse, ou, então, o controle do governo oriental. Nesse contexto, se Mitre conseguisse submeter as províncias argentinas, acrescentou Carreras, surgiria uma ameaça para o Paraguai, que somente poderia ser afastada se elas se separassem de Buenos Aires. Carreras entregou a Solano López uma carta de Aguirre na qual solicitava a intervenção paraguaia, com urgência, no Prata, para evitar complicações que seriam prejudiciais à tranquilidade e a segurança da região. O Paraguai, escreveu Aguirre, deveria ocupar a posição que lhe correspondia no Rio da Prata. A essa altura Solano López estava persuadido de que o governo brasileiro e o argentino atuavam em comum acordo, não só quanto ao Uruguai, mas também quanto ao Paraguai, devido à questão de fronteiras.

Diante do apelo desesperado do presidente uruguaio Atanasio de la Cruz Aguirre, exposto em sua carta, faltava a Solano López decidir-se, de *modus* individual e subjetivo, afinal não costumava aceitar conselhos nem mesmo de seu o Congresso. Suas posições ou eram em favor dos partidários *blancos* ou eram por resignar-se pela neutralidade.

Atraído, porém, pela “oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevidéu, graças a uma aliança com os *blancos* uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza” (DORATIOTO, 2002, p. 95-96), o governo guarani protesta, por meio de uma nota ameaçadora (FRAGOSO, 2009, p. 203) de López enviada ao Ministro do Brasil, Cesar Sauvan Viana de Lima, no dia 30 de agosto de 1864:

“O Governo do Paraguai deplora profundamente que o de V. Exa. haja julgado oportuno afastar-se nesta ocasião da política de moderação, em que devia confiar agora mais do que nunca, depois de sua adesão às estipulações do Congresso de Paris. Não pode, porém, ver com indiferença, e menos *consentir* que, em execução da alternativa do ultimato imperial, as *forças brasileiras*, quer sejam navais, quer terrestres, ocupem parte do território da República Oriental do Uruguai, *nem temporária nem permanente*. Sua Excelência o Sr. Presidente da República ordenou ao abaixo assinado *declare* a V. Exa., como representante de S. M. o Imperador do Brasil, que o Governo da República do Paraguai *considerará* qualquer *ocupação* do território

oriental por forças imperiais, pelos motivos consignados no ultimato de 4 do corrente, intimado ao Governo oriental pelo ministro plenipotenciário do Imperador em missão especial junto daquele governo, como *atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata*, que interessa à República do Paraguai como garantia de sua segurança, paz e prosperidade, e que *protesta* da maneira mais solene contra tal ato, desonerando-se desde já de toda responsabilidade pelas conseqüências da presente declaração.”

Por derradeiro, Vásquez Sagastume, Ministro oriental no Paraguai, nesse ínterim de 1864, escreve uma carta a Quintino Bocaiúva (19 de junho de 1894), que a publicou em O Paiz, a fim de rebater afirmações publicadas no *Jornal do Commercio*, quando estava a visitar a cidade do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 2009, p. 268):

O Paraguai julgando também que corria perigo o equilíbrio político do Prata, que era de vital importância para os seus interesses e relações internacionais, ofereceu a sua mediação. A repulsa dessa mediação deu lugar ao protesto de 30 de agosto, no qual declarou que a invasão do território oriental por forças do Exército Brasileiro seria considerada pelo Paraguai *casus belli*. Esse protesto foi desatendido, a invasão do território oriental efetivou-se e daí resultou a guerra.

Vê-se, assim, que foi um erro a escolha do emissário uruguaio. Qualquer outro, com um pouco mais de experiência, teria tentado evitar e não instigar a guerra.

#### **4.4 A grande articulação das forças armadas paraguaias**

A decisão foi tomada e para *El Mariscal* não havia outro caminho senão seus detratores conhecerem o cumprimento de sua palavra. O Império, por outro lado, não dava o devido reconhecimento e importância os quais Solano López esperava ter, afinal de contas, “[...] no Rio da Prata e no Brasil, os soldados paraguaios eram vistos com desprezo: ‘ninguém os supunha capazes da selvagem intrepidez e da inexcedível disciplina que ostentaram durante a guerra’” (DORATIOTO, 2002, p. 60).

Segundo Burton (1997, p. 60), havia muitas informações verídicas e não-verídicas, dentre elas que López seguia o mesmo modelo controlador de Francia, não promovendo oficial algum acima do posto de capitão, ou seja, havia carência de chefes militares paraguaios competentes.

Doratioto (2002, p. 63) afirma-se que “[...] a população paraguaia, [...], era de 700 mil a 800 mil pessoas, na proporção oito a nove mulheres para cada homem. [...], o que permitiu, ao governo imperial, concluir que a capacidade militar máxima [...]

seria a 100 mil homens”; e que “[...] o armamento paraguaio era, em esmagadora proporção, obsoleto e, quanto as posições defensivas, a mais forte era Humaitá, [...]”.

Em paralelo, o mesmo Doratioto (2009, p. 64) afirmou que “a marinha paraguaia, [...], não era levada a sério, tendo como ‘único’ vapor armado o *Tacuarí*, ‘em péssimo estado por ser muito velho’”.

Por outro lado, escreve George Thompson (apud FRAGOSO, 2009, p. 220), em *La Guerra del Paraguay*:

“O Paraguai [...] começou a preparar-se ativamente para a guerra em princípios de 1864; em março desse ano, López estabeleceu um acampamento em Cerro León, no qual adestrava para a guerra um exército de 30.000 homens de 16 a 50 anos de idade. Ao mesmo tempo exercitava 17.000 recrutas em Encarnación, 10.000 em Humaitá, 4.000 em Assunção e 3.000 em Concepción. O total dos homens preparados militarmente nos seis meses de março a agosto de 1864 eleva-se a 64.000, sem contar com uns 6.000 que morreram nesse período. Antes de dar princípio a esses preparativos, o exército contava 28.000 veteranos e um só general: López.”

Fragoso (2009, p. 58, vol 2) já alertara que “a falta de uma história da guerra da Tríplice Aliança, escrita pelo Estado-Maior paraguaio, deixa que os estudiosos flutuem na incerteza das indicações vagas de alguns escritores.” Em concordância com este historiador, o Barão do Rio Branco (apud FRAGOSO, 2010, p. 59) sintetizou-as neste excerto:

“Masterman diz que, em princípio de 1865, López tinha às suas ordens 100.000 homens robustos e aguerridos e que, bem comandados, não seriam inferiores às melhores tropas do mundo. O Sr. Gould, encarregado de negócios de sua majestade britânica, tendo visitado o Paraguai, informou o seu governo de que López tivera, em 1865, ‘um formoso exército de quase 100.000 homens’. O general Resquín, em seu depoimento de 20 de março de 1870, declarou que esse exército era de 80.000 homens, acrescentando que durante a guerra López armou 150.000 homens ou mais. [...]”

Segue Thompson (apud FRAGOSO, 2009, pp. 218-219) contrapondo, factualmente, a incredulidade dos conselheiros imperiais:

“Ele tinha a ideia [...] de que só uma guerra poderia tornar conhecido o Paraguai. Sua ambição pessoal impelia-o à luta, pois sabia que poderia chamar às armas imediatamente todos os paraguaios e formar um numeroso exército, ao passo que os brasileiros precisariam de muito tempo para reforçar o seu; julgava ainda que eles não estariam dispostos a sustentar uma guerra prolongada. Dizia de si para si que, se não se aproveitasse daquela conjuntura para apresentar guerra ao Brasil, este poderia fazer-lhe em ocasião mais desfavorável para o Paraguai. Mandou por conseguinte, em locomotiva expressa, um dos seus ajudantes a Assunção com ordem para que o *Tacuarí* (o vapor mais rápido do Rio da Prata) alcançasse o Marquês de Olinda, que havia seguido viagem, e o trouxesse a Assunção.”

Destarte, apreendendo o navio *Marquês de Olinda*, o qual partira do porto de Buenos Aires, a fim de levar o novo presidente da província de Mato Grosso, Coronel Carneiro de Campos e alguns oficiais, é que o Paraguai rompe definitivamente suas relações diplomáticas com o Império do Brasil. A alegação principal foi a de não entender tamanha afronta daqueles que seguiam viagem no curso do rio que margeava suas terras, o que, em verdade, era retaliação ao Brasil, que havia invadido o Uruguai.

Segundo nos relata Doratioto (2002, p. 69):

Ao mandar apreender o *Marquês de Olinda*, Solano López convencera-se de que o Brasil se preparava para fazer-lhe a guerra. Estava informado de que o *Amazonas* e dois outros navios de guerra brasileiros estavam navegando a caminho de Mato Grosso, transportando armamento, o que caracterizaria preparativos bélicos do Império contra o Paraguai. [...] Como consequência, decidiu em 15 de novembro, iniciar as operações bélicas contra o Mato Grosso o mais rápido possível. O passo seguinte seria o de invadir o Rio Grande do Sul, em São Borja, com as tropas que estavam concentradas em Encarnación, às margens do Rio Paraná.

Contudo, “apesar da esmagadora inferioridade geográfica, demográfica e econômica, o governante paraguaio pretendeu enfrentar o Império, o mais povoado e rico dos Estados sul-americanos, aliado à Argentina e ao Uruguai” (DORATIOTO 2002, p. 93). Se não fosse sua precipitação em atacar a província do Mato Grosso, o governo paraguaio, juntamente com o seu exército, estaria guarnecido e modernizado com os armamentos comprados anteriormente na Europa, os quais em pouco tempo haveriam de ser entregues (foram bloqueados no estuário do Prata pela Marinha Brasileira).

Portanto, apesar da conjuntura existente, não condizem plenamente com a realidade as afirmativas de que o Exército paraguaio era muito bem armado e tecnicamente muito bem adestrado.

Como uma síntese das ideias apresentadas neste capítulo, a narrativa de DORATIOTO (2002, p. 92) nos mostra que:

No plano bélico, a organização militar do Paraguai era anacrônica. O único general – marechal por decreto com o início da guerra – do país era o próprio Solano López, que atingira tal posto não por méritos militares, mas, sim, devido à sua condição de filho do presidente Antonio Carlos López. A oficialidade paraguaia restringia-se a cinco coronéis, dois tenentes-coronéis, dez majores, 51 capitães e 22 primeiros-tenentes, demonstrando clara indigência de comando para uma força de milhares de homens. Quando Solano López chegou ao poder, o Exército guarani dispunha de 73 272 soldados, número que se torna menos impressionante, mas ainda assim



respeitável, se considerarmos que 43 846 homens não tinham instrução militar e se restringiam a fazer exercícios de ginástica, aos domingos, com armas simuladas. No serviço ativo encontravam-se 12 945 homens e outros 16 484 na reserva haviam passado por quartéis. [...] O armamento paraguaio carecia de artilharia pesada e raiada; [...]. Apenas esse tipo de projétil permitiria perfurar as blindagens dos navios encouraçados, que tinham costados e convés protegidos por chapas de ferro, última palavra em tecnologia naval à época. Parte dos canhões paraguaios era da época colonial, ou seja, de cano liso e atirando projéteis redondos, com poder de impacto mas não de penetração. Grande parte da infantaria paraguaia portava obsoletos fuzis de chispa que não funcionavam debaixo de chuva, pois dependiam da fâsca produzida ao se golpear a pedra de chispa contra o metal para produzir o impacto.

## **5 A SITUAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL E O ISOLAMENTO DO SUL DO PAÍS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

### **5.1 A região do Prata na segunda metade do século XIX**

Como é de conhecimento público, a formação dos Estados Nacionais da América do Sul, pode ser dividida, de maneira geral, em dois processos distintos: o português, que manteve a unidade territorial e deu origem ao Brasil e o espanhol, que viu seu vasto território se fragmentar em diversas repúblicas.

Assim, o surgimento dessas várias unidades autônomas desencadeou uma série de conflitos pela consolidação dos países formados, a partir da colonização espanhola e, mesmo após suas independências, ainda existia grande instabilidade na região. Na região colonizada pelos portugueses, entretanto, o processo de independência resultou em um país relativamente estável, com território unido e consolidado.

Na segunda metade do século XIX, quatro países se destacavam, na Bacia do Prata, por sua influência econômica, política e militar: O Império do Brasil, potência hegemônica regional, o Uruguai, a Argentina (que, àquela época, ainda não tinha consolidado seu território e estrutura política tal qual a conhecemos) e o Paraguai. Este último, dependia do porto de Buenos Aires para a realização de suas trocas comerciais.

Os países que compunham a bacia do Rio da Prata, no século XIX, estavam em constantes disputas pelo domínio na região. Essas disputas levaram a região a uma constante instabilidade política, seja por questões econômicas, seja por questões de limites. A bacia do Prata tinha importante valor econômico, pois era o escoadouro dos produtos comerciais da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e das províncias brasileiras do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso sendo, para esta última, importante meio de comunicação com a Corte, através do Rio Paraguai.

O domínio que o porto de Buenos Aires exercia sobre a economia da região era notável. Além de ser ponto de passagem obrigatório, sua estrutura portuária era determinante para que os demais países pudessem realizar seu comércio internacional, especialmente para o Paraguai. Esta influência portenha gerava uma série de descontentamentos inclusive em regiões da própria Argentina

No contexto das instabilidades locais, a independência da Província Cisplatina desencadeou uma guerra civil entre os partidos Blanco e Colorado, no recém-

criado Estado Oriental do Uruguai. O governo Imperial Brasileiro se posicionou a favor do partido Colorado e a Confederação Argentina apoiou os Blancos.

A vitória dos Colorados, entretanto, não colocou um fim ao conflito, embora o tratado assinado dissesse que não haveria vencidos e nem vencedores (DORATIOTO, 2002). As tensões persistiram até a eclosão, em 1863, da Guerra contra Aguirre, Blanco que presidia o Uruguai e que, dentro da política de fusão adotada por ele, buscara aliança com o ditador paraguaio Solano López.

A política brasileira para o Uruguai, de apoio aos Colorados, ia de encontro aos interesses paraguaios. O porto de Montevideú surgiu como concorrente de Buenos Aires, sendo utilizado inclusive por Corrientes, Santa Fé e Misiones (unidades autônomas da Confederação Argentina). Com o Uruguai sendo governado pelo Partido Blanco, López poderia utilizar aquele porto para escoar sua produção, principalmente de erva-mate.

A intervenção do Brasil no Uruguai, em 1864, em apoio aos Colorados, é um dos motivos que desencadeia a Guerra do Paraguai com as tropas de Solano López invadindo a província do Mato Grosso (RÍOS, 2015).

A ação paraguaia, entretanto, não pode ser considerada como casual ou impensada. Assim que herdou o governo de seu pai, Solano López tratou de modernizar suas Forças Armadas em equipamento, técnicas e táticas militares. Em viagem à Europa, López contratou empresas, técnicos e engenheiros, a maioria deles ingleses.

Após a invasão paraguaia ao Mato Grosso, López planejava invadir o Rio Grande do Sul. Em maio de 1865, as forças do Tenente Coronel Estigarríbia ocuparam Santo Tomé. O plano paraguaio era deslocar as tropas de Estigarríbia em duas colunas, uma em cada margem do Uruguai, a fim de atrair a atenção da Confederação Argentina para aquele local, facilitando as ações do general Robles que invadira o território argentino por Corrientes (SCHNEIDER, 1902).

A intenção era que as duas forças paraguaias se unissem no Uruguai para combater com o Exército Imperial. Para isso, porém, era necessário o controle da navegação dos rios, o que implicaria a destruição da Armada Imperial do Brasil, objetivo que foi frustrado após a Batalha Naval do Riachuelo (DORATIOTO, 2002).

## 5.2 A situação conjuntural brasileira à época

O Brasil foi o único país da América do Sul que, após a independência, conseguiu manter sua unidade política. Possuía a economia mais forte, o maior território e a maior população da região. Entretanto, tensões internas também ocorreram. Revoltas foram constantes nas diversas províncias, especialmente durante o Período Regencial. A situação só iria melhorar um pouco com a coroação de Dom Pedro II como Imperador do Brasil.

Se no campo interno a situação foi controlada, a política externa do Império demandava atenção. A possibilidade de uma unificação dos países do Prata sob a autoridade de Buenos Aires trazia uma ameaça que não poderia ser ignorada. Ademais, o relacionamento diplomático com o Paraguai era delicado, principalmente por duas questões de interesse nacional: limites e navegabilidade do rio Paraguai.

Embora o governo paraguaio garantisse o livre tráfego naquele rio, os entraves burocráticos e as autoridades locais tornavam a navegação bastante dificultada. Esta situação levou o Império a ameaçar o Paraguai com uma guerra, em 1858, razão pela qual houve uma flexibilização maior das regras de navegação entre os dois países.

A intervenção brasileira no Uruguai, como visto, foi um dos motivadores principais para que o Paraguai tomasse a iniciativa e invadisse o território brasileiro, quase não encontrando resistência tanto em Mato Grosso quanto no Rio Grande do Sul.

As razões para que o invasor encontrasse tão pouca resistência podem ser explicadas, inicialmente, pela ação militar do Império, que não reforçou militarmente as províncias e pelas características vigentes na organização política do Império. Por exemplo, o presidente da província não era seu comandante militar (DORATIOTO, 2002).

As províncias mantinham, basicamente, efetivos da guarda nacional, herdeira das milícias organizadas durante os primórdios da colonização portuguesa do país. Naquela época, os capitães donatários receberam da coroa portuguesa a incumbência de defender o território de sua capitania, herança que perdurou até o final da Guerra do Paraguai (SALLES, 1990).

Com a independência do Brasil, foi criado o Exército Imperial Brasileiro, responsável por manter a integridade da nação e defender a integridade territorial de ameaças externas ou internas. Porém, durante o Período Regencial, o Exército foi

enfraquecido. Os regentes temiam o retorno de Dom Pedro I, que tinha o apoio dos militares.

Como resultado, o Exército teve seu efetivo reduzido e ficou disperso, despreparado, sem munição, sem armamento adequado e sem material de emprego militar condizente. O recrutamento era feito através de patrulhas que iam em regiões como as tabernas e lá decidiam quem iria incorporar às suas fileiras, deixando aqueles que apresentavam atestado de bons antecedentes dispensados do serviço militar (SALLES, 1990).

A influência da política no Exército durante o Império fazia com que os comandos militares, tanto da Corte quanto das províncias, fossem organizados de acordo com o partido que estava no poder. Assim, chefes militares adeptos de determinado partido poderiam ser exonerados com a ascensão da facção rival ao poder. Isso causava constantes tensões na tropa, que via seus comandantes sendo nomeados ou substituídos não por critérios de mérito ou pelo desempenho, mas por seus posicionamentos políticos (SALLES, 1990).

Demograficamente, o Brasil possuía a maior população da região, com cerca de 9 milhões de habitantes. Isso dava ao país uma razoável capacidade de mobilização. Entretanto, o serviço militar era precário e a diminuição dos efetivos do Exército fez com que esta capacidade ficasse ociosa. Como resultado, o Império se viu em dificuldades para reagir ao agressor, pois teve que reforçar sua força militar às pressas. (SALLES, 2012).

### **5.3 A província do Rio Grande do Sul e sua situação de isolamento**

A política no Rio Grande do Sul não era muito diferente do restante do Império. A disputa entre liberais e conservadores, muitas vezes resultando em conflitos armados, dificultou a adoção de um pensamento unificado, especialmente nas questões de defesa. Ainda, o presidente da província não era o comandante da guarda nacional, o que causava falhas na adoção de medidas para a proteção da província (PINTO, 2002).

As constantes disputas com os países do Prata e as incursões argentinas e uruguaias em seu território, fizeram com que os cidadãos gaúchos se acostumassem a estar em um constante estado de alerta. As tensões no Prata pré-guerra, por si só, justificariam a intervenção mais direta do Império no Rio Grande do Sul (FAUSTO, 2010).

A província tinha sido recém pacificada de um conflito que durou dez anos: a Guerra dos Farrapos. Seria de se esperar, pois, que o governo imperial deslocasse seus efetivos militares para a região, a fim de garantir a integridade territorial e fazer frente a possíveis confrontos internos e externos (FAUSTO, 2010).

Todavia, corroborando com Fausto (2010), a situação no Uruguai fez com que os efetivos militares fossem deslocados para aquele país para lutar tanto na guerra civil uruguaia quanto na guerra contra Aguirre. Naquele país, ficou estacionada uma Divisão do Exército brasileiro, a comando do general Osório. A defesa da fronteira gaúcha ficou a cargo do general David Canabarro.

Muito se discute acerca da atuação de Canabarro na defesa do Rio Grande. Segundo Francisca Santos Ferrer (2005), o general havia realizado pedidos reiterados de reforços, a fim de fortalecer a guarnição militar na fronteira oeste gaúcha, mas nunca foi atendido. Isso pode ser explicado pelo posicionamento político dos governantes da província que eram opositores de Canabarro, negando-lhe, assim, os reforços solicitados.

Por outro lado, Ferrer (2005) verificou, dadas as condições da tropa que estavam ao seu comando e a situação na qual se deu a invasão, que faltou iniciativa por parte de Canabarro. Infere-se, do seu texto, que o veterano líder farrapo carecia de habilidade militar para as contendas de que participara, já que estas eram caracterizadas por um combate de técnicas irregulares. Táticas de emboscadas e incursões de pequenos efetivos assemelhavam-se muito mais a uma guerra de guerrilha do que propriamente a um enfrentamento militar clássico, este sim, de seu domínio.

Aliás, era esse o tipo mais comum de combate que acontecia na região. Embates com formações organizadas e emprego coordenado das armas eram praticamente inexistentes. Até surgir o invasor paraguaio. Canabarro, mesmo sem os reforços solicitados, poderia fazer frente ou mesmo rechaçar a investida guarani (FERRER, 2005).

Nebulosa é a falta de iniciativa tanto do comandante militar quanto do Presidente da Província diante da invasão de López. As notícias do deslocamento de efetivos paraguaios de Encarnación (Paraguai) para a direção Santo Tomé (Argentina) e São Borja (Província do Rio Grande do Sul), chegaram ao governo da província meses antes da invasão ser realizada. Porém, por disputas políticas, os apelos por reforços foram ignorados e a fronteira foi deixada à sua própria sorte (MENEZES, 1998).

Por parte do governo imperial, faltou uma análise mais apurada da situação. As ameaças de López não foram levadas a sério. Ainda, mesmo antes da eclosão da Guerra, a instabilidade política do Prata e os constantes combates militares na região justificariam o reaparelhamento e o fortalecimento do Exército Imperial.

As intenções de Rosas, ditador argentino que tinha por objetivo unificar os países platinos, deveriam servir de alerta à Corte, tendo em vista que o Rio Grande do Sul foi, por um bom tempo, parte do Vice-Reino da Prata e muitos dos revoltosos farrapos eram simpáticos a uma união com a Argentina.

A diplomacia brasileira à época também falhou ao não entender que a modernização da força militar paraguaia e a personalidade de López deveriam ser consideradas uma ameaça.

As mensagens do cônsul brasileiro na capital paraguaia, porém, deram ao governo brasileiro uma imagem distorcida da realidade. Para ele, o Paraguai não constituía uma ameaça ao Império, análise que foi de uma imprecisão colossal. Com essas informações, o governo brasileiro não cogitou uma ameaça de seu vizinho, mesmo com as questões de fronteira e da navegabilidade do rio Paraguai que eram bastante tensas. Faltou a noção de que somente a diplomacia, sem o lastro do poderio militar, é insuficiente para garantir os interesses de uma nação (RÍOS, 2015).

De forma bem sintética, é óbvio dizer que o governo da Província era o principal responsável por manter a força militar no Rio Grande e que o abandono militar do Império, diante de tantos indícios da invasão de López e das tensões que ocorriam no Prata, também foi fator determinante para a invasão paraguaia.

Embora o Império tenha falhado em reforçar militarmente o Rio Grande do Sul, outros fatores devem ser considerados para a facilidade da invasão paraguaia, como a corrupção e o despreparo dos chefes militares na região.

A influência política nas decisões militares trouxe muitos problemas, tais como o fornecimento de munições com calibre diferente do armamento disponível, a falta de material para acampamento e a falta de fardamentos adequados, entre outros. Muitos soldados da guarda nacional andavam descalços e não possuíam agasalhos para enfrentar o frio inverno da região. Além disso, seus soldos estavam atrasados e os víveres eram insuficientes e de baixa qualidade (FRAGOSO, 1960).

A união de todos esses fatores resultou em uma província desprotegida e totalmente isolada. Para piorar, a mudança do partido governante na Corte trouxe incertezas quanto à permanência dos comandantes militares em suas unidades, o que

gerou tensões na tropa. Sem um comando unificado e permanente, a coordenação das ações e o planejamento estratégico ficaram debilitados (FRAGOSO, 1960).

Obviamente, colocar a responsabilidade apenas no governo provincial não justifica a falta de ação do Império. O abandono militar a que foi submetido Rio Grande do Sul por parte da Corte teve papel importante na invasão paraguaia. As tropas que defendiam o Rio Grande estavam acostumadas ao combate irregular, com pequenos efetivos realizando incursões ou emboscadas.

Poucos foram os momentos em que duas forças militares antagônicas e organizadas se encontraram em campo de batalha. Esta característica deveria servir como motivação para que o Império determinasse que o Exército se preparasse de forma adequada para um conflito regular contra um inimigo que havia tomado a iniciativa das ações e invadido o solo brasileiro. E não foi isto que ocorreu, senão exatamente o contrário.

Como resultado deste abandono, as tropas de López puderam adentrar no território gaúcho, pilhar e destruir as localidades que se encontravam em seu caminho. Enfrentaram uma resistência muito pequena. O ímpeto paraguaio só foi cessar quando o Imperador tomou a decisão de intervir no combate, deslocando-se para a Província, com seu Conselho Militar, e as forças imperiais se deslocaram para Uruguaiana, causando a rendição de Estigarríbia.



## 6 A RESISTÊNCIA BRASILEIRA À INVASÃO PARAGUAIA NA FRONTEIRA OESTE DO RS – O COMBATE DE SÃO BORJA<sup>8</sup>

### 6.1 A situação vigente

São Borja era, à época, a localidade mais importante da região das missões da Província do Rio Grande do Sul. O fluxo comercial de seu porto atendia tanto as trocas comerciais com a Confederação Argentina quanto com o Paraguai.

A erva mate era seu principal produto de exportação, o que proporcionou o surgimento de uma classe mercantil próspera. Era a principal rota de entrada para a Argentina e o Paraguai.

Não obstante a estratégia paraguaia buscar a confrontação com o Exército Imperial Brasileiro em território uruguaio, não é de se estranhar, pois, que os planos paraguaios para a invasão do Uruguai passassem pelo povoado são-borjense.

Geograficamente, São Borja possuía condições para que as embarcações pudessem atracar em seu porto e era o caminho mais curto para que as tropas de Estigarribia e Duarte chegassem ao Uruguai. Por força das constantes trocas comerciais, os paraguaios já conheciam o caminho para a região, fazendo sua escolha para a invasão uma decisão previsível.

Militarmente, a cidade estava desguarnecida. O efetivo que a defendia era de pouco mais de 300 homens entre a Guarda Nacional e a Cavalaria do Rio Grande. Estes militares estavam mal equipados e com armamento e munição diferente entre si.

Segundo bem observa Ferrer (2005, p. 121):

Com o temor a possíveis atitudes restauradoras do Exército e dificuldades financeiras em manter uma força terrestre profissional, o governo imperial criou, em 1831, a Guarda Nacional, que era quase totalmente autofinanciada e constituía-se num baratíssimo mecanismo de controle da população, e, no final, dava até lucros através da venda das patentes de oficiais. Dessa forma, podemos inferir que a força militar em questão não tinha relevância para o Império antes de 1864, ocupando lugar absolutamente destituído de significado na sociedade.

---

<sup>8</sup> As ideias principais deste capítulo, que não possuem referências explicitadas, têm por base a obra de Iberê Athayde Teixeira, *O Martírio de São Borja: A Guerra do Paraguai na Fronteira do Rio Grande* (2015).

Por outro lado, as notícias do deslocamento do Exército Guarani, de Encarnación a Santo Tomé, enviadas a Porto Alegre, não surtiram efeito e a região não foi reforçada. O maior efetivo das forças brasileiras estava no Uruguai, a comando do General Osório.

As forças a comando de David Canabarro, responsável pela defesa da fronteira, poderiam fazer frente ao invasor. Porém, o general decidiu pela imobilidade, deixando a cidade por conta própria.

O socorro do Império veio muito tarde. O 1º Corpo de Voluntários chegou ao Rio Grande, mas pouco pôde fazer diante da invasão iminente. Não houve tempo suficiente para que a tropa fosse adaptada ao terreno. A alimentação utilizada e as condições climáticas enfrentadas eram completamente diferentes daquelas que seus integrantes estavam acostumados.

Mesmo assim, conseguiu chegar a São Borja, após um deslocamento extremamente difícil e, em marcha forçada, deslocou-se de seu acampamento até encontrar o inimigo. Foi o suficiente para atrasar o inimigo e permitir a evacuação da localidade.

## **6.2 A Invasão de São Borja**

O escopo de Solano López para a campanha era de estabelecer suas tropas em duas colunas, margeando cada uma o rio Uruguai, tendo como ponto de partida a cidade de São Tomé, na qual estavam acampados desde o dia 10 de maio, para finalmente enfrentar o Exército imperial no Estado oriental.

Segundo descreve Doratioto (2002, p. 170):

O plano [...] era o de que o Exército de Estigarribia, dividido em duas colunas, marchasse para o sul, utilizando-se de ambas as margens do rio Uruguai. Pela margem esquerda, brasileira, desceria a maior parte da coluna, enquanto pela direita, argentina, iria uma pequena força, comandada pelo major Pedro Duarte. Uma coluna estaria permanentemente à vista da outra, de modo a se auxiliarem quando necessário. [...] O pré-requisito para a unificação desses exércitos invasores paraguaios era o aprisionamento, ou destruição, da esquadra brasileira, garantindo o controle paraguaio da navegação dos rios Paraguai e Paraná.

Em 09 de maio, os paraguaios ocuparam a cidade de San Tomé (Argentina), fronteira a São Borja, com tropas de cavalaria. Como resposta, um efetivo equivalente a uma Brigada deslocou-se para São Borja, entretanto não houve, naquele momento, ataque por parte do inimigo.

Em 10 de junho de 1865 os paraguaios atravessaram o Rio Uruguai e desembarcaram em território brasileiro. Utilizaram de 04 (quatro) pontos distintos de desembarque conhecidos como Barranca Pelada, Cemitério Velho, Porto e Pedra das Lavadeiras. Todos estes sítios históricos ainda existem, apesar de mal conservados.

Segundo o Cônego GAY, pároco local (apud FRAGOSO, 2010, p. 113, vol. 2), havia, na manhã da fatídica invasão, ainda um efetivo reduzido de defensores de São Borja, sobretudo patriotas:

3º Batalhão Guarda Nacional (Major Rodrigues Ramos), diminuído pelas licenças a pouco mais de 100 praças; a reserva com 50 (tenente-coronel Ferreira Guimarães) e o 22. Corpo de Cavalaria (tenente-coronel Araújo Nóbrega), também reduzido pelas licenças a 230 praças. Portanto, ao todo, cerca de 370 homens da Guarda Nacional. Deve-se, porém, juntar a esse número o 1. Batalhão de Voluntários (tenente-coronel João Manuel Mena Barreto) que estava acampado a duas léguas e meia de S. Borja, em caminho para lá, e que acudiu à refrega, [...]. Numerava perto de 600 homens. [...] Contra esse pugilo de brasileiros, que certamente não atingia mil combatentes, irão lançar-se as numerosas forças de Estigarribia.

O 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional desdobrou 4 companhias, uma em cada ponto de desembarque com o intuito de defender as posições, sendo assim distribuídos: o Capitão Nezico ocupou a Pedra das Lavadeiras, o Tenente Vaz ocupou o Porto, o Alferes Pedroso ocupou o Cemitério Velho e o Capitão Godinho ocupou o Potreiro (Barranca Pelada).

O assalto Paraguaio constituiu-se de uma tática simples. Antes do alvorecer, começou o deslocamento para a linha de partida. O gatilho para o início do ataque foi dado por tiros de canhão: 1º Tiro de canhão significava botes n'água, 2º tiro de canhão equipar pontões e 3º tiro de canhão para iniciar a travessia. Travessia em silêncio com levadas de 400 homens por vez. Assim que começou a 2ª leva, os fogos de apoio se iniciaram.

O combate, visto do lado brasileiro, pode ser caracterizado em quatro fases.

A primeira fase pode ser dividida ainda em 5 momentos.

No 1º momento, a 1ª leva de paraguaios é rechaçada pelo fogo das tropas comandadas pelo Major Rodrigues Ramos, entretanto um batalhão paraguaio, que havia transposto o rio mais acima no dia anterior, avança em direção ao Porto.

O início do 2º momento é caracterizado pela reorganização das tropas paraguaias e por sua transposição do rio em vários pontos. Somado a isso, ocorreu o reforço de um batalhão paraguaio, o qual infiltrou-se nas linhas das tropas defensoras, que começam a ser vencidas e envolvidas.

Em um 3º momento, as tropas brasileiras recebem o reforço do 22º Corpo de Cavalaria Provisório da Guarda Nacional, comandado pelo Tenente-coronel Nóbrega, dando assim uma sobrevida aos núcleos de defesa brasileiros.

O 4º momento é caracterizado pela crescente pressão sofridas pelos núcleos de defesa brasileiros. Com a finalidade de diminuir a pressão sofrida, o Tenente-coronel Nóbrega ordena que metade de um Esquadrão, a comando do Alferes Oliveira, realize cargas investindo contra o batalhão paraguaio infiltrado, que flanqueava as posições de defesa.

No último momento, o 5º, por volta das 11h da manhã, as tropas brasileiras recuaram para a Vila de São Borja, ao mesmo tempo que as tropas do 22º Corpo de Cavalaria Provisório retardavam as tropas paraguaias.

A segunda fase constituía-se de uma ação retardadora, onde as tropas do 3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional e do 22º Corpo de Cavalaria Provisório ganhavam tempo para que as tropas do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, com 600 homens, comandados pelo então Tenente-coronel João Manoel Menna Barreto, cerrassem para a vila de São Borja.

Os paraguaios avançavam em colunas de batalhões, sendo fustigados, a esquerda pelas tropas do 3º Batalhão e, pela direita, pelo 22º Corpo de Cavalaria Provisório.

Na 3ª fase, ocorreu de fato o combate.

Na posição (localização geográfica) onde hoje está localizado o 2º Regimento de Cavalaria Mecanizado, “Regimento João Manoel”, o 1º Corpo de Voluntários da Pátria encarou o inimigo em linha de atiradores e o 22º Corpo de Cavalaria Provisório dividiu-se em três grupamentos. Dois deles ficam responsáveis por proteger os flancos da própria Unidade e um terceiro grupamento, a comando do Major Souza Docca, recebeu ordens de realizar cargas no flanco direito do inimigo.

As investidas no flanco esquerdo ficaram a cargo dos remanescentes do 3º Batalhão, a comando do Major Rodrigues Ramos. Mesmo com as ataques no flancos, as forças paraguaias mostraram-se superiores devido, principalmente, à grande diferença de efetivos.

Segundo Gay (apud FRAGOSO, 2010, p. 113, vol. 2), a parte mais decisiva da defesa das terras são-borjenses, que visava cooperar para a fuga dos moradores desesperados, ocorreu, provavelmente, neste mesmo momento temporal:

“Foi essa coluna que mais apertou nossa infantaria, que teria completamente destruído sem os socorros oportunos os quais lhe deu o Alferes Vieira com seus lanceiros. Essa coluna tratou logo de ir cortar a retirada das famílias, enquanto os recém-desembarcados se dirigiam diretamente à vila, mas ele parou e retrocedeu quando ouviu tocar a música do 1º Batalhão de Voluntários.”

“Mais perto estava a coluna inimiga da entrada da rua (menos de oito quadras), quando se lhe apresentou na frente o 1º Batalhão de Voluntários da Pátria com bandeira alçada que, depois de vivas a S. M. o Imperador e ao toque de sua música marcial, fez uma terrível descarga sobre os paraguaios.”

Os paraguaios tinham, devido à tática e à garra dos brasileiros, seu movimento detido e por isso passaram a deslocar em formações menores e que facilitou o comando e o controle. Percebendo que esta ideia se mostrou válida, o efetivo que estava a comando do Major Docca foi reforçado, a fim de causar um número ainda maior de baixas ao inimigo. Por seu lado, e utilizando-se de formações quadradas, os paraguaios recuaram para o porto e lá permaneceram até o dia 12 de junho de 1865.

Doratioto (2002, p.172) em seu estudo, relatou:

Os brasileiros se retiraram de São Borja durante a noite, mas os paraguaios entraram na localidade apenas no dia 12. Estigarribia desobedeceu, assim, a ordem de Solano López de não entrar nos povoados, de modo a evitar abusos dos soldados paraguaios contra a população, e respeitar bens e propriedades dos habitantes.

Mesmo com pesadas baixas, as tropas brasileiras se reorganizaram. Ocuparam as principais vias de acesso com posições de bloqueio, enquanto as tropas da

Guarda Nacional recuaram para a vila de São Borja, no intuito de ajudar na evacuação dos civis.

Dando fim ao combate, temos a 4ª fase, que foi caracterizada pelo desengajamento das tropas brasileiras. Após o anoitecer e ao fim da evacuação dos civis, os militares brasileiros abandonaram a vila de São Borja e retraíram para uma região matosa, hoje conhecida como Capão dos Voluntários (local onde encontrava-se acampado anteriormente e cerca de 15 km do sítio dos combates).

A população da vila foi escoltada pelas tropas da Guarda Nacional até a localidade de Nhu-Porã e os paraguaios, recuados, passaram a defender sua posição junto ao Rio Uruguai.

O ferrenho combate travado gerou várias consequências. Destacam-se, dentre elas, a marcha paraguaia sobre Itaqui, os saques às propriedades da região (militares paraguaios agindo como verdadeiros bandidos) e alguns pequenos combates entre tropas brasileiras e paraguaias.

Conforme citou Doratioto (2002, p. 173), Estigarribia desobedeceu a ordem de respeitar os bens e as propriedades dos habitantes locais:

Não há dúvida quanto à pilhagem sistemática, de propriedades urbanas e rurais, feita pela tropa invasora paraguaia, em seu percurso de São Borja até Uruguaiana, e de que os objetos saqueados foram conduzidos em carretas para o Paraguai. Há ainda informações de violência sexual contra mulheres que não tinham sido escondidas por suas famílias. Contudo, nem todo saque feito nesse período foi obra dos invasores. Alguns moradores que ficaram em São Borja juntaram-se aos invasores nas pilhagens. Mesmo em áreas distantes até quase duzentos quilômetros de onde os paraguaios chegaram, todas as casas abandonadas por seus donos foram saqueadas.

Após as escaramuças no vilarejo de São Borja, o Tenente-coronel Estigarribia recebeu ordens para que deslocasse suas forças até Itaqui e lá permanecesse observando as forças brasileiras. Decidiu violar as instruções recebidas e marchou para Uruguaiana. Era o início do fim de suas ações ofensivas.

Capitulou e rendeu-se em Uruguaiana, em setembro de 1865.

## 7 CONCLUSÃO

O nascimento do Paraguai confunde-se com a descoberta e ocupação do Rio da Prata. Este rio, e suas adjacências, foram descobertas, primeiramente, pelos portugueses, em 1514, em uma expedição liderada por Estevão Fróis e João de Lisboa, contudo com uma vantagem muito breve sobre os concorrentes espanhóis.

No mesmo ano em que a Coroa portuguesa dividia seu território em capitânias (1534), o rei espanhol nomeava Pedro de Mendoza como *adelantado* (espécie de donatário) das Províncias do Rio da Prata. Este, então, funda Buenos Aires em 1536. Assunção viria a ser fundada no ano seguinte, por João de Salazar, membro de sua expedição. A função inicial de Assunção, para seus colonizadores, era a de uma base para incursões em busca de metais preciosos no norte do continente.

A facilidade de trato com os índios guaranis é o elemento basilar da formação da identidade nacional paraguaia. Mais do que uma simples convivência ou cooperação, tratou-se de uma verdadeira aliança, ou mesmo fusão, que deu origem ao caráter mestiço e bilingue da nação.

Dos anos iniciais de sua independência até 1840, de província à designação de República do Paraguai, o país foi governado por José Gaspar Rodríguez Francia, que adotou uma política protecionista e isolacionista de governo. Após seu falecimento, assumiu o poder D. Carlos Antonio López.

Carlos Antonio López acabou por tornar-se o primeiro Presidente Constitucional da República Paraguaia. Foi reeleito duas vezes: uma por três anos (1854-1857) e outra por dez anos (1857-1867), não vindo este último mandato a completar-se devido seu falecimento no ano de 1862. Seu primogênito, Francisco Solano López, assumiu, então, o poder.

Solano López era atuante no cenário político e caracterizou-se como um organizador eficiente, sendo responsável pela criação de um exército e de uma força naval, a fundação de um arsenal, de uma fábrica de armas e pólvora e da fundição de Ibicuí, dentre outros. Chegando ao poder ainda moço, não tinha experiências beligerantes.

Envolvido e instigado pelas efervescências político-ideológicas da época, decidiu interferir no cenário regional a partir, dentre outras coisas, do pretexto de que não havia definição de limites bem clara entre os países platinos. Pode-se afirmar que

foi, também, atraído, pela oportunidade de colocar seu país como protagonista regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú.

Pelo lado brasileiro, neste contexto temporal, as constantes disputas com os países do Prata e as incursões argentinas e uruguaias em seu território, fizeram com que os cidadãos gaúchos se acostumassem a estar em um constante estado de alerta. As tensões no Prata pré-guerra, por si só, justificariam a intervenção mais direta do Império na Província do Rio Grande do Sul.

As ameaças à soberania eram reais, quer seja pelos planos expansionistas de seus lindeiros territoriais quer seja pela simpatia que alguns fronteiriços tinham por se unir à Argentina. Nesta mesma ordem de ideias, questões políticas (naturalmente alguns chefes militares pertenciam a partidos antagônicos) se sobrepuseram às questões militares, as quais deveriam ser analisadas sem as paixões partidárias a fim de se evitar a violação territorial externa ou as ameaças internas.

Exemplo marcante desta afirmação está calcado no fato de que o general Canabarro, comandante das tropas em solo rio-grandense, havia realizado pedidos reiterados de reforços de tropa, a fim de fortalecer a guarnição militar na fronteira oeste gaúcha, mas nunca foi atendido. As negativas podem ser explicadas pelo posicionamento político dos governantes da província que eram seus opositores. Ainda, era nítido que o veterano líder farrapo carecia de habilidade militar e que lhe faltava iniciativa nas ações.

Por óbvio, verificou-se que atuação do Governo Imperial foi equivocada, ao deixar a província por sua conta e risco. Pode-se justificar esta decisão pela falha da diplomacia e de inteligência, por parte do Império brasileiro, em avaliar corretamente as reais intenções de López. A Corte não acreditava em uma possível invasão paraguaia.

Verificou-se que, embora o governo da Província fosse o principal responsável por manter a força militar no Rio Grande, o abandono militar do Império, diante de tantos indícios da invasão de López e das tensões que ocorriam no Prata, foi um dos fatores determinante para a invasão paraguaia.

Assim, vê-se que não é possível eximir a responsabilidade do Império, quando deixou de aumentar os efetivos do Exército, modernizar as técnicas de recrutamento e adquirir novos armamentos, munições e materiais de campanha. Se isso ocorresse, haveria efetivo suficiente para guarnecer a fronteira gaúcha e possivelmente fazer frente ao invasor paraguaio. Ressalta-se, novamente, que antes da eclosão da



Guerra, os conflitos e tensões da região platina já eram suficientes para a militarização da província.

Para a guerra na região da Província do Rio Grande do Sul, a estratégia de López foi a de invadir e marchar em coluna dupla, uma a cada margem do rio Uruguai até a Banda Oriental e lá derrotar os aliados. Todavia, a destruição de sua esquadra colocou por terra este planejamento e o Paraguai se viu forçado a conduzir uma guerra defensiva que iria ocasionar a sua derrota.

A escolha da localidade de São Borja para dar início à invasão da Província do Rio Grande do Sul era previsível. Ela era o principal ponto de comércio de toda a região da fronteira, possuía uma classe de comerciantes próspera e mantinha relações com a Confederação Argentina e com o próprio Paraguai.

A guarnição militar na região era débil e estava enfraquecida por disputas políticas da província e pela inépcia do Império diante dos fortes indícios de que a cidade seria invadida. O combate no povoado foi encarniçado e os brasileiros, que ali lutaram durante mais de 14 horas seguidas, resistiram à invasão do solo brasileiro e escreveram seus nomes na história de nosso País.

O ímpeto paraguaio diminuiu quando atingiu a cidade de Uruguaiana. O Brasil, a Argentina e o Uruguai, aliados, derrotaram o Paraguai após mais de cinco anos de lutas mas sofreram perdas humanas e materiais muito pesadas.

A derrota marcou uma reviravolta decisiva na história do Paraguai, tornando-o um dos países mais atrasados da América do Sul, devido, entre outros, ao seu decréscimo populacional e a ocupação militar que conviveu por quase dez anos.

Embora a guerra tenha terminado em março de 1870, os acordos de paz não foram concluídos de imediato. As negociações foram obstadas pela recusa argentina em reconhecer a independência paraguaia.

O Brasil assinou um tratado de paz em separado com o Paraguai, em 9 de janeiro de 1872, obtendo a liberdade de navegação no rio Paraguai. Foram confirmadas as fronteiras reivindicadas pelo Brasil antes da guerra.

Nosso País, que sustentou praticamente sozinho a guerra, pagou um preço alto pela vitória. Durante os cinco anos de lutas, as despesas do Império chegaram ao dobro de sua receita, provocando uma crise financeira. A escravidão passou a ser questionada.

O Exército Brasileiro passou a ser uma força nova e expressiva dentro da vida nacional, com papel significativo no desenvolvimento posterior da história do país. Após a Guerra, por décadas, o Paraguai manteve-se sob a hegemonia brasileira.

A Guerra da Tríplice Aliança foi o último de quatro conflitos armados internacionais, na chamada Questão do Prata, em que o Brasil lutou, no século XIX, pela supremacia sul-americana, tendo o primeiro sido a Guerra da Cisplatina, o segundo a Guerra do Prata, e o terceiro a Guerra do Uruguai. Pode-se afirmar que a Guerra do Paraguai foi o conflito que praticamente encerrou as questões na região do Prata.

## REFERÊNCIAS

AVELLANEDA, Mercedes.; QUARLERI, Lía. **Las milicias guaraníes en el Paraguay y Río de la Plata: alcances y limitaciones (1649-1756)**. Estudos Ibero-Americanos, v. 33, n. 1, p. 109- 132, jun. 2007.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na bacia do Prata – da colonização ao Império**. Rio de Janeiro: Editora Philobiblion, 1985.

BARCELOS, Artur H. F. **Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII**. Revista Complutense de História da América, n. 26, p. 93-116, 2000.

BURTON, Richard Francis. **Cartas do Campo de Batalha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997

CERVEIRA, Luís Alexandre. **Jesuítas: entre a fidelidade ao rei e o projeto inaciano. Conflitos políticos e disputas econômicas – o caso da revolta dos comuneros (Paraguai 1721-1735)**. Editora Veredas da História, ano 4, ed. 1, 2011.

CHIOGNA, Arianne Miron; MOURA, Gabriele Rodrigues de. **Avante guerreiros! As batalhas de Caapaguacú e M'bororé (1639 e 1641)**. Revista Historiador, n. 4, ano 4, p. 67-76, dez. 2011.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva, 1999  
 \_\_\_\_\_ . **História Global: Brasil e Geral**. São Paulo: Saraiva, 2005

DOMINGO, Paola. **De la “Provincia Gigante de Indias” à la “Tierra em Medio de la Mar”:** l'espace paraguayen aux XVIe et XVIIe siècles (1534-1617). Editora Spania, n.14, dez. 2012.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**. Brasília: Editora FUNAG, 2012.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. **História do Exército brasileiro**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, vol. 2.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora USP, 13a Ed., 2010.

FERRER, Francisca Carla Santos. **A (re)organização do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai**. Biblos: Rio Grande, 2005, 17: pp. 121-130. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/download/101/56>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960, v. 1–5.

FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. **A invasão de São Borja**. Porto Alegre: Editora A Nação, 1943.

GADELHA, Regina Maria. **As Missões jesuíticas do Itatim: um estudos das estruturas sócio- econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

GAY, Cônego João Pedro. **Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai**. Porto Alegre / Caxias do Sul: Instituto Estadual do Livro / Universidade de Caxias do Sul, 1980.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisas**. São Paulo: Editora ATLAS, 1999.

GOES FILHO, Synesio Sempio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

KRAUER, J. C. H. **Paraguai: os desafios de uma economia mediterrânea. DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, n 10, p. 162-180, out-dez. 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora ATLAS, 1985.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Guerra do Paraguai — como construímos o conflito**. São Paulo: Contexto. Cuiabá: editora UFMT, 1998.

MORENO, Fulgencio R. **Estudios sobre la independencia del Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 2011.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi. **Homens e mulheres na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

POSSAMAI, Paulo César. **A fundação da Colônia do Sacramento**. MNEME – Revista de Humanidades, v. 5, n.12, p. 32-59, out-nov. 2004.

PINTO, Luís Flodoardo Silva. **A Batalha de Uruguaiana: episódio da Guerra da Triplíce Aliança**. Porto Alegre: Editora AGE, 2002.

RAMOS, Marcus Vinicius. **O Ditador Perpétuo José Gaspar Rodríguez de Francia, O Supremo: Um “Príncipe” na Bacia do Rio da Prata?**. Revista Em Tempos de História – História UnB, Brasília, n. 18, jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/download/4470/3730/>>. Acesso em: 20 abr 2018.

RÍOS, Guido Manini. **La Guerra Civil Uruguaya (1863 – 1865) y La formación de la Triple Alianza**. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (Organizadores). **Uma Tragédia Americana: A Guerra do Paraguai sob novos olhares**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

RODRIGUES, Maria das Graças Villela. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 3ª Ed, Rio de Janeiro: Editora EsAO, 2006.

SALLES, André Mendes. **A Guerra do Paraguai na literatura escolar**. Revista Em Tempos de História – História UnB, Brasília, n. 21, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/viewFile/8508/6468/>>. Acesso em: 20 abr 2018.

\_\_\_\_\_. **Historiografia da Guerra do Paraguai**. Revista Crítica Histórica, Ano III, n. 6, dezembro/2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2900/pdf>>. Acesso em: 20 abr 2018.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

SCHNEIDER, Luis, **A Guerra da Tríplice Aliança**. Vol 1. Rio de Janeiro: H. Garnier – Livreiro editor, 1902.

SIMÓN, José Luis. **Sistema político, Estado y sociedad em el Paraguay contemporáneo y en el de la transición y la integración democrática**. In: TAVARES, José Antônio Giusti; ROJO, Raúl Enrique (org). **Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOLER, Lorena. **¿El mito de la isla? Acerca de la construcción del desconocimiento y la excepcionalidad de la historia política del Paraguay**. Revista electrónica del Instituto de Altos Estudios Sociales de la Universidad Nacional de General San Martín, *papeles de trabajo*, ano 3, n. 6, ago. 2010.

SOUZA, José Carlos de. **O Estado e a sociedade no Paraguai durante o governo do Partido Liberal (1904-1935)**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2006 (tese de doutorado).

TASSO FRAGOSO, Gal. Augusto. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009, vol. 1.

\_\_\_\_\_. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, vol. 2.

TEIXEIRA, Iberê Athayde. **O Martírio de São Borja: A Guerra do Paraguai na Fronteira do Rio Grande**. Santo Ângelo: EDIURI, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.